

Guerrilha do Araguaia

Documentos publicados no jornal *O Globo* reacendem a luta pelo resgate da memória dos que lutaram no mais importante movimento armado do Brasil rural **Páginas 2 e 3**



A Classe Operária



Órgão Central do Partido Comunista do Brasil



Inspirados no quadro *Os Operários*, de Tarsila do Amaral, petroleiros posam em frente à refinaria da Petrobrás, em Paulínea, onde vão todos os dias procurar trabalho temporário

Neoliberalismo gera milhões de desempregados

A aplicação do projeto neoliberal no Brasil põe milhões de trabalhadores no olho da rua. A previsão é de que, em 1998, o desemprego atinja 7 milhões de pessoas. Enquanto isso, Fernando Henrique gasta bilhões de dólares com banqueiros e ruralistas, ataca os direitos trabalhistas e a lei de greve. O movimento dos trabalhadores resiste e marca uma greve geral para o mês de junho, contra o desemprego, por melhores salários e pela reforma agrária.

Entrevista

O professor de Sociologia do Trabalho, da Universidade de Campinas, **Ricardo Antunes**, diz que a reestruturação produtiva, um dos principais pilares do projeto neoliberal, ainda vai fazer mais estragos no Brasil. Defende a redução da jornada de trabalho e um projeto socialista renovado para sair da crise. **Página 5**

Artigo

Miguel Urbano, jornalista e escritor, membro do Partido Comunista Português, analisa discurso de Fernando Henrique Cardoso e conclui que ele faz a mais sofisticada apologia do capitalismo já sustentada por um presidente da América da Latina. **Páginas centrais**



Documentos lançam luz sobre a

Durante dois anos, de abril de 1972 a maio de 1974, os órgãos de repressão, incluindo forças regulares das três armas, destacaram cerca de vinte mil homens para combater um movimento armado nas selvas da Amazônia. O episódio histórico, que se tornou conhecido como a Guerrilha do Araguaia, foi classificado como a mais importante resistência armada do Brasil rural

Pedro de Oliveira

O movimento que se criou em torno do resgate da memória e dos corpos dos mortos e desaparecidos do Araguaia ganhou novo impulso no final do mês de abril com a publicação pelo jornal carioca *O Globo* de uma série exclusiva de reportagens sob o título: *Dossiê militar revela a história secreta da Guerrilha do Araguaia*. As fotos e anotações feitas à época por um dos militares encarregados de registrar as ocorrências dos combates, foram passadas ao jornal que, com base nesse material, procurou desvendar aspectos da luta guerrilheira levada a cabo no sul do Pará por guerrilheiros e

camponeses sob a direção do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Reportagens revelam as atrocidades

No dia 28 de abril, o diário iniciou a publicação de trechos de um bloco de anotações contendo 66 páginas, 43 fotografias, 16 slides e três transparências. Entrevistado pelo jornal, o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, reconhece que os documentos são provas de grande valor histórico,



a Unicamp, consideraram o material extremamente valioso e no último dia 15, o dentista da guerrilheira confirmou a identidade da única ossada até hoje exumada.

O Globo trouxe, também, reportagem sobre a luta das famílias dos desaparecidos para localizar os corpos dos que morreram no Araguaia. Relata ainda a formação de uma comissão especial para requerer a indenização estabelecida em lei nos casos de morte sob responsabilidade do Estado. O dossiê destaca como ocorreram 31 mortes de guerrilheiros e uma longa matéria sobre a história de Osvaldo Orlando Costa, o Osvaldão, um dos líderes da guerrilha.

A edição do dia 30 de abril estampa a foto do guerrilheiro Dower Cavalcante sendo espancado preso, com as mãos amarradas para trás, e o relato sobre a cachorrinha Coroa, que teve de ser sacrificada para não dar pistas ao Exército do paradeiro do destacamento A. No dia primeiro de maio, o jornal publica entrevista com a dirigente comunista Elza Monnerat, que parti-

“porque o governo jamais admitiu que os guerrilheiros foram mortos depois de presos. Agora, a selvageria fica comprovada”. Ainda nesta primeira edição, o jornal publica fotos reveladoras como a da guerrilheira Maria Lúcia Petit. Os legistas da Universidade de Campinas,

O TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUERRILHA (DE ABRIL DE 1972 A JANEIRO DE 1975)*

1- PRIMEIRA CAMPANHA OPERAÇÃO PRESEÇA
Início - Abril de 1972
Término - Julho de 1972

Grupos de 6 a 30 soldados do Exército

Número de mortos: 4
Presos: 6

Vinte soldados atacam o destacamento. Aonde 22 guerrilheiros são comandados pelo ex-deputado Maurício Grabois. Os destacamentos B (21 combatentes) e C (20) são posteriormente atacados. Tropas do Exército, formadas por soldados e recrutas se espalham pela Transamazônica e por quatro cidades, além de várias fazendas

LOCALIZAÇÃO

Destacamentos guerrilheiros: A, B, C

Base das forças armadas

As estradas OP1, 2 e 3 foram abertas pelos militares durante o combate

23ª Brigada de Infantaria de Selva

Base de Apinagés

Base de Gameleira

Serra das Andorinhas

Base de Caliano

Base de Caiano

Base de Caliano

Base de Caliano

2- A SEGUNDA CAMPANHA OPERAÇÃO AXIXÁ
Início - Setembro de 1972
Término - Outubro de 1972

Entre 3.500 e 20 mil soldados

Número de presos: 2
Mortos: 8

Na mais ostensiva das operações, as Forças Armadas mobilizam tropas de vários estados, além de policiais militares do Pará e do Maranhão. Com 12 aviões e armas modernas como fuzis semi-automáticos FAL, os militares tentam sufocar a guerrilha prendendo centenas de camponeses suspeitos de contato com o PCdoB.

O NÚMERO DE MORTOS NAS FORÇAS ARMADAS

Não há dados oficiais sobre o número de militares mortos. As estimativas variam entre quatro e 200.

ENTRE OS GUERRILHEIROS

59

O PCdoB registra a morte de 19 camponeses que aderiram a luta

3 - A TERCEIRA CAMPANHA OPERAÇÃO SUCURI
Início - Outubro de 1973
Término - Janeiro de 1975

250 para-quadristas do Exército e da Aeronáutica

Mortos: 66

Os militares usam os 11 meses de trégua para se infiltrar entre os camponeses. Para-quadristas, coordenados pelo Centro de Informações do Exército, intensificam as ações. O PCdoB aproveita os seus anos de contato com a população local para tentar organizar com apoio de camponeses 13 núcleos da União pela Liberdade e Direitos do Povo. A estratégia não funciona e, aos poucos, a guerrilha vai sendo dizimada. O único sobrevivente é Angelo Arroyo, morto em 76 no chamado massacre da Lapa, em São Paulo.

Guerrilha do Araguaia



Restos mortais e fotos são comparadas e o legista Fortunato Badão Palhares reconheceu oficialmente como sendo da guerrilheira Maria Lúcia Petit da Silva a ossada guardada há cinco anos na Unicamp, desde que foi exumada do cemitério de Sambioá (Pará)

Exército, o movimento guerrilheiro pôde resistir por tanto tempo diante da grande disparidade de forças e de armamento. Desde meados de 1971, a ULDP que apenas oficializou um movimento que já existia na prática, funcionou como uma organização criada para incorporar os camponeses à luta.

O mais importante movimento armado

De abril de 1972 a maio de 1974, os órgãos de repressão, incluindo forças regulares das três armas, destacaram cerca de 20 mil homens para combater os guerrilheiros. O episódio foi classificado pelas Forças Armadas como o mais importante movimento armado do Brasil rural.

O Araguaia foi uma luta de caráter democrático, pela liberdade e os direitos do povo. Desenvolveu-se numa determinada situação histórica, correspondendo a uma necessidade conjuntural. Por isso não pode ser encarada como um princípio necessário da luta revolucionária no Brasil. O PCdoB em seus documentos programáticos, admite a necessidade da violência revolucionária sempre em oposição à violência reacionária das classes dominantes. A luta armada é apenas uma das manifestações dessa violência revolucionária. O Araguaia foi uma iniciativa do PCdoB, que se orgulha do espírito de luta de seus militantes e do apoio ativo recebido do povo da região.

cipou ativamente da guerrilha, e cartas dos camponeses da região sobre o conflito. Um ex-guia do Exército aponta os locais onde estariam os cemitérios em Xambioá e Marabá. O mapa com a localização de três destes cemitérios serviu de base para o levantamento e posterior interdição destas áreas para que se proceda às escavações.

Araguaia e a resistência contra a ditadura

No Congresso Nacional, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara estabeleceu um calendário de depoimentos de personalidades que possam contribuir no esclarecimento desse período autoritário de nossa história. João Amazonas foi o primeiro a prestar o seu depoimento na Comissão no último dia 17 de maio (o relato completo deste depoimento será publicado proximamente pela editora Anita Garibaldi).

A luta guerrilheira do Araguaia foi a expressão mais alta da resistência popular após o golpe militar de 1964: durante três anos a luta se manteve contra efetivos militares que variaram de três a 20 mil homens.

Diante da impossibilidade da luta legal nos grande centros

urbanos, o Partido Comunista do Brasil decidiu situar a resistência popular em terreno mais favorável, deslocando quadros e militantes para o interior do Pará e se integrando com a população local. Fruto desta integração é que surgiu uma plataforma política e de reivindicações concretas denominada Programa dos 27 pontos da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (a ULDP). Este programa despertou nos camponeses a idéia da necessidade da luta organizada como meio de se defender e conquistar seus direitos. Foi desta forma que atacado pelas forças do



João Amazonas, na Comissão da Câmara

Os direitos Humanos no Cone Sul

País (1)	Argentina	Brasil	Chile
Período sob ditadura	1976 a 1983 (7 anos)	1964 a 1985 (21 anos)	1973 a 1990 (17 anos)
Período investigado	1976 a 1983 (7anos)	1961 a 1979 (18 anos)	1973 a 1990 (17 anos)
Número de reconhecidos	8.961	211 (2)	3.000
Valor do benefício	US\$ 200 mil	US\$ 100 mil a US\$ 150 mil (3)	US\$ 140 mil (4)
Pior ano da repressão	1977 (32.717 pessoas mortas)	1974 (47 pessoas mortas)	Informação não disponível

Fonte: Comissão Especial de Desaparecidos Políticos - Ministério da Justiça - Governo do Brasil

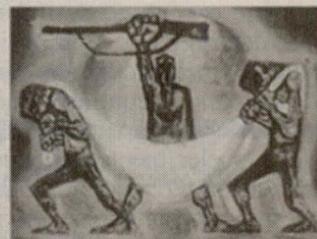
(1) Paraguai e Uruguai também tiveram mortes nas ditaduras ocorridas nesses países, entretanto, os governos civis posteriores não indenizaram as famílias das vítimas nem fizeram investigações sobre o destino dos corpos.

(2) Número ainda parcial. A comissão brasileira ainda vai examinar pelo menos outros 253 casos.

(3) O valor do benefício está sendo definido de acordo com a idade do militante político quando foi assassinado pela ditadura militar.

(4) No Chile, além de indenização, os familiares receberam plano de saúde e bolsas de estudo.

DIÁRIO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA



APRESENTAÇÃO DE CLÓVIS MOURA

EDITORA ALFA-ÔMEGA

Obras publicadas sobre a Guerrilha:

Guerra de Guerrilhas no Brasil, escrito por Fernando Portela, jornalista. Relato feito a partir de uma série de reportagens publicadas no *Jornal da Tarde*, de São Paulo, com informações inéditas quando da sua publicação; *Global Editora*, 1979;

A Guerrilha do Araguaia, revista editada pela *Editora Anita Garibaldi*, em 1984, contém depoimentos de ex-guerrilheiros, opiniões e documentos sobre o tema, inclusive a biografia de todos os guerrilheiros. As duas primeiras edições estão esgotadas. Uma terceira edição está em preparação;

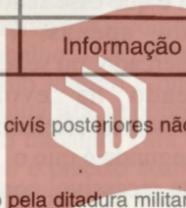
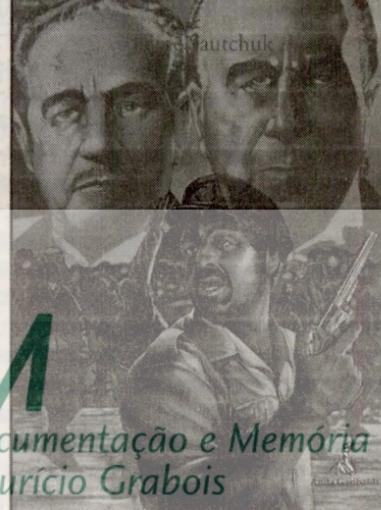
Diário da Guerrilha do Araguaia, publicado pela *Editora Alfa Ômega* em 1985, com apresentação de Clóvis Moura, traz um documento escrito pelos dirigentes das Forças Guerrilheiras do Araguaia que relata a história resumida de um período da luta guerrilheira;

Luta Armada (no Brasil dos anos 60 e 70), escrito por Jaime Sautchuk, publicado pela *Editora Anita Garibaldi* em 1995, descreve as diversas faces da opção armada da resistência ao regime militar, inclusive a do Araguaia;

A esquerda em armas: história da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História do ICHL da Universidade Federal de Goiás, pelo professor Romualdo Pessoa Campos Filho, em fevereiro de 1995;

Xambioá, Guerrilha do Araguaia, escrito pelo coronel reformado da Aeronáutica Pedro Corrêa Cabral, que participou da fase final da Guerrilha, *Editora Record*, 1993.

LUTA ARMADA NO BRASIL DOS ANOS 60 E 70



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Projeto quebra a estabilidade das relações de trabalho

O poder executivo enviou à Câmara o Projeto de Lei 1724/96, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado. A proposição determina, além da redução de encargos sociais para os contratos que se submeterem à essa lei, que o BNDES e demais estabelecimentos federais de crédito dêem preferência para concessão de recursos no âmbito de seus respectivos programas de financiamento, às empresas que admitirem pessoal dessa forma.

O governo de FHC justifica o projeto baseado na necessidade de enfrentar o desemprego que, segundo o mesmo, carece de diversas medidas, entre as quais alterações no campo legislativo, para facilitar o ingresso no mercado de trabalho, que é dificultado pelos salários diretos ou indiretos a serem pagos pelo custo da carga tributária envolvida. No entanto, sabemos que o salário pago ao trabalhador brasileiro está muito aquém dos valores pagos pelo resto do mundo, e mesmo se comparados aos demais países do Mercosul, estamos na mais baixa posição. Podemos citar como exemplos os salários mínimos vigentes na Itália - US\$ 830; França, US\$ 990; Uruguai, US\$ 180; e Argentina US\$ 250,00. Usamos esses países como exemplo, porque neles o salário mínimo é estabelecido em lei.

O que o Projeto realmente pretende é, em primeiro lugar, quebrar o princípio da estabilidade das relações de trabalho. É criada a figura do contrato de trabalho por prazo determinado, extensivo a "qualquer atividade desenvolvida pela empresa". Atualmente, esse tipo de contrato por prazo determinado só pode ser utilizado para atividades cuja natureza ou transitoriedade justifiquem a predeterminação do prazo. Em segundo lugar, o Projeto quebra um princípio constitucional, pois o artigo 7º da Constituição, em um de seus incisos, estabelece "igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso" e o Projeto estabelece valores diferenciados para o recolhimento do FGTS, que de 8% cai para 2%, nos casos de contratação realizadas sob as regras dessa lei. Além disso, também prevê uma drástica redução de 90% no valor das contribuições sociais para o Sesi, Senai, Sesc, Senac, Senat, Sebrae, Incra e também ao salário educação e para o financiamento do seguro de acidente de trabalho.

Esses são apenas alguns dos pontos de mais um atentado do governo FHC contra os trabalhadores. E, ainda por cima, quer aprovar o texto em regime de urgência. Vale ressaltar que os projetos do Executivo já tramitam em regime de prioridade, que lhes concede prazos reduzidos em três quartos (de quarenta para dez sessões) em cada comissão. No caso da aprovação da urgência estaremos impedindo que o Congresso discuta a questão de forma a examinar sua constitucionalidade (diante da redução dos direitos sociais assegurados na Carta Magna), e a ouvir os segmentos do movimento sindical para decidir se esta é uma real alternativa a ser considerada na busca de melhoria do nível de emprego.

Embora contestando a constitucionalidade desse projeto, a bancada do PCdoB apresentou emendas na tentativa de introduzir dispositivos mais favoráveis aos trabalhadores. **(Aldo Rebelo, deputado federal PCdoB/SP)**

Luta contra desemprego marcou o 1º de Maio no país

Guiomar Prates

O Dia Internacional dos Trabalhadores foi comemorado em todo o Brasil com manifestações contra o desemprego e pela reforma agrária. Críticas ao salário mínimo também marcaram os protestos.

Em São Paulo foram realizadas várias atividades. A principal delas foi um ato político na Avenida Paulista, que teve a presença de quatro mil pessoas. O ato não teve shows musicais mas foi marcado pela irreverência nas críticas à atual política econômica do governo.

Em Belo Horizonte, o 1º de Maio foi marcado pelo protesto de milhares de trabalhadores. Eles concentraram-se na Praça da Cemig, em Contagem, região metropolitana da capital. Após uma missa celebrada a céu aberto, saíram em passeata.

A proposta de realização de uma greve geral foi anunciada pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva. O coordenador geral da Corrente Sindical Classista, Wagner Gomes, diz que a greve geral é um importante instrumento de luta dos trabalhadores e que,



Passeata realizada na Av. Paulista, em São Paulo, no dia 1º de Maio

por isso, precisa ser bem preparada.

A CUT orientou todos os sindicatos a realizarem consultas às bases, indicando o dia 14 de junho como data provável para a greve geral. Para a Coordenação da CSC é indiscutível a necessidade política de uma paralisação nacional, que pode jogar relevante papel na luta contra o arrocho salarial e a ofensiva neoliberal do governo FHC, em defesa dos direitos sociais e da re-

forma agrária. Nos entendimentos com as outras centrais sindicais foram apontadas como principais bandeiras da greve geral a recuperação do salário mínimo, pela reforma agrária e pela aposentadoria digna. "Nas intervenções dos sindicalistas classistas devem ser destacadas as denúncias políticas contra o neoliberalismo imposto ao país pelo governo Fernando Henrique", afirma Wagner Gomes.

Brasil terá 7 milhões de desempregados em 1998

O desemprego ronda e assusta a população brasileira. A falta de trabalho é apontada por 41% das pessoas pesquisadas pela Toledo & Associados como o principal problema do país, numa pesquisa realizada no mês de março. A inflação, antes a maior vilã em qualquer análise sobre as principais dificuldades do país, aparece com apenas 12% das preocupações.

A pesquisa mostra que uma em cada quatro famílias brasileiras, em ritmo crescente desse índice, já possui pelo menos um desempregado dentro de casa. A relação sobe para quase 50% dos lares, em regiões mais pobres, como o Norte do país.

O desemprego chegou ao nível mais elevado desde maio de 92, quando o país enfrentava o desaquecimento decorrente do Plano Collor. Em março, a taxa de desemprego foi de 6,38%, segundo o IBGE. Há quatro anos, esse índice estava em 6,535. Na comparação com o mesmo mês de anos anteriores, é o maior em dez anos.

Na área metropolitana de São Paulo é o mais alto índice desde maio de 1984, quando o país vivia o final do regime militar.

Há, basicamente, duas explicações para o aumento desenfreado do desemprego. A primeira é que esse fenômeno está relacionado apenas a uma rearrumação do mercado, ou seja, o desemprego baseado na evolução tecnológica e na busca da eficiência pelas empresas. A segunda é que o Plano Real, visivelmente recessivo, com uma política de arrocho salarial, juros altos e



restrição de crédito, colocou na rua uma massa de trabalhadores antes nunca vista. Hoje, são nada menos do que 3,4 milhões de trabalhadores desempregados. Esse número é agravado pela entrada no mercado de 1,6 milhão de novos postulantes a vagas, a cada ano.

Possivelmente essas duas explicações estejam corretas e o Brasil enfrente a conjugação dos dois fatores, o que torna a situação ainda pior.

Segundo previsão da empresa de consultoria Macrométrica, criada por um dos economistas que mais contribuiu com o governo, Francisco Lopes, hoje ocupando uma diretoria do Banco Central, o desemprego ainda vai crescer mais, de forma acelerada e, em 1998, atingirá 10% da população economicamente ativa, ou seja, sete milhões de pessoas.

A previsão se baseia no que ocorreu em países como Israel e Argentina

nos primeiros anos após a utilização da âncora cambial para baratear as importações e segurar os preços internos.

Em Israel, o número de empregos na indústria reduziu-se em cerca de 15% de 1987 a 1990. Na Argentina, a taxa de desemprego saltou de 5,6%, em 1992, para 18% da população economicamente ativa em 1995.

Diante da insegurança criada pelo crescimento do desemprego, os empresários usam a recessão para defender a redução dos encargos trabalhistas e dos impostos das empresas e a flexibilização da jornada de trabalho, com o que o governo concorda e apóia. Alguns setores do

movimento sindical endossam essas medidas e submetem os trabalhadores à gula do capital. Exemplo disso, é o acordo assinado pela Força Sindical, onde os trabalhadores da Black & Decker, em Minas Gerais, abrem mão de fazer greve por cinco anos ao mesmo tempo em que aceitam a flexibilização da jornada de trabalho.

Mas para os setores mais lúcidos e comprometidos, esse não é o caminho. A Corrente Sindical Classista, segundo seu coordenador geral, Wagner Gomes, acha que o desemprego exige uma postura ativa e decidida do movimento sindical. Por isso, está desenvolvendo a campanha pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários. É uma proposta que combate, no mesmo tempo, a política recessiva e antioperária implementada hoje no país e a lógica destrutiva da reestruturação produtiva do capital. (G.P.)

“Reestruturação produtiva ainda vai fazer muitos estragos no Brasil”

Ricardo Antunes, professor de Sociologia do Trabalho da Unicamp, analisa as causas do desemprego e diz que a reestruturação produtiva ainda Não foi concluída no Brasil. Defende a redução da jornada de trabalho e um projeto alternativo, socialista e renovado para sair da crise e incorporar na vida econômica e social os que hoje estão excluídos de cidadania

por Guiomar Prates

Classe - Hoje, no mundo, há mais desempregados do que em qualquer outro período de desenvolvimento do capitalismo. Como você encara esse fenômeno?

Ricardo Antunes - O desemprego é um fenômeno estrutural, que atinge países do primeiro mundo e também do terceiro mundo. Desde o início dos anos 70 há um processo de reestruturação produtiva em escala mundial. Essa foi a resposta que o capital deu para a crise do capitalismo dos anos 70. Esse processo tem duas consequências fortes e intensas: o desemprego estrutural e o trabalho precário. O trabalhador precário trabalha durante um mês e fica um mês desempregado. Por isso que se diz que há entre 750 e 800 milhões de pessoas que estão entre o desemprego e o trabalho precário.

Classe - Porque essa reestruturação produtiva teve esses dois efeitos?

Ricardo Antunes - Essa reestruturação tem algumas características chave. Ela supõe um processo de automatização e informatização, uma reestruturação organizacional para enxugar as empresas, dotá-las de trabalhadores polivalentes, multifuncionais, que operem com várias máquinas ao mesmo tempo e, desse modo, há uma redução intensa dos trabalhadores considerados estáveis. Para suprir outras necessidades da empresa, ela terceiriza muitas das suas atividades. Aí entra o que eu chamo de subproletariado fabril e de serviços.

Classe - Porque subproletariado?

Ricardo Antunes - Eu os denomino assim no meu livro *Adeus ao Trabalho*. É subproletariado porque é precarizado no que diz respeito aos seus direitos e às suas condições de trabalho. Ele não tem estabilidade, nenhum direito. É isso que o governo de Fernando Henrique Cardoso quer fazer agora: legitimar e institucionalizar o trabalho precário. O desemprego estrutural tem esse desenho: a automação, a reforma organizacional, a terceirização e a fragmentação das classes trabalhadoras. Isso cria um exército de desempregados. Na Espanha, há 23,5% de desempregados, na Argentina, chega há quase 20%. No Japão, um país que tem emprego vitalício para 25% da sua classe trabalhadora, já se fala em quase 3,2% como índice de desemprego. Para o Japão essa é uma taxa significativa, porque o índice de desemprego mascara o subemprego no Japão.

Classe - Esse cenário atinge todos os países capitalistas. O que a chamada globalização tem a ver com isso?

Ricardo Antunes - Com o capitalismo mais mundializado e mais globalizado, aqueles capitais que não implementarem essas mudanças saem da competição intercapitalista. Isto cria para o trabalhador, em escala mundial, um desafio enorme.

Classe - A reestruturação produtiva é a única causa do desemprego?

Ricardo Antunes - Não, há outros fatores causadores de desemprego. Mas este, no meu entender, é o problema de fundo. A lógica neoliberal do capitalismo é profundamente destrutiva e entre as destruições que ela opera, está a da força de trabalho. Tem o desemprego

tecnológico, que decorre desse processo, e tem o desemprego decorrente de situações mais conjunturais ou mesmo das crises cíclicas do capitalismo. Como desde 70 há o que se poderia chamar de *continuum depressivo*, uma crise que se mantém, essa é a causa fundamental. Mas o desemprego acaba sendo uma conjugação de vários fatores, singularizado e particularizado por cada país, dependendo da forma pela qual cada país se insere nessa chamada mundialização do capital.

Classe - Há quem diga que o Brasil se atrasou nesse processo de reestruturação produtiva. Como você avalia isso?

Ricardo Antunes - Da ótica do capital, é verdade que o Brasil está atrasado nesse processo. Essa reestruturação produtiva começa, no Japão, no pós-guerra. E, já em meados dos anos 70, o Japão, tendo realizado um enorme crescimento com base em seu mercado interno, olha para o mundo ocidental e diz: agora eu quero o mercado do ocidente também. Alemanha, França, EUA e outros países também se reciclam a partir dos anos 70. É o que nós poderíamos chamar de substituição do Taylorismo e do Fordismo pelas formas de acumulação flexíveis, da qual o modelo japonês é o mais ousado para o capital. Esse processo se inicia, num primeiro momento, nos países centrais da cadeia, dos três grandes blocos. Japão, com os países asiáticos de industrialização mais recente, Alemanha, com a Europa respaldando; e Estados Unidos, com os países que estão sob seu controle.

Para o terceiro mundo, países como Brasil, México, Chile, Argentina, os campos foram relativamente diferentes. Por exemplo, a Argentina e o Chile iniciaram o processo de abertura econômica nas suas ditaduras militares. Mas no caso do Brasil e do México, não. A ditadura militar no Brasil, que vigorou até a eleição de Sarney, teve um profundo plano de expansão industrial de ponta. É mais ou menos no fim dos anos 80 que Brasil e México passam a sofrer um fluxo neoliberal forte. No México, entre 86 e 87, eles começam a discutir a desmontagem das conquistas sociais para inserir esse país no modelo de globalização. Hoje, o México é um país destruído, profundamente aniquilado.

No Brasil, esse processo começa um pouco depois. O ideário neoliberal e, dentro dele, seu pé básico, que é a reestruturação produtiva, entra aqui nos anos 90, com o governo Collor e, agora, com Fernando Henrique. Entre 90 e 96, essa reestruturação foi curta no tempo e intensa no seu processo.

A esquerda precisa de um projeto socialista

Classe - E esse processo já se completou?

Ricardo Antunes - Não, ainda tem mais pela frente. Teremos mais desindustrialização, mais desemprego, mais quebra na indústria. O Brasil é inserido nesse cenário internacional, com alguns núcleos de indústria de ponta, mas tem uma insensibilidade de país que está fora dessas

condições. Enquanto for capitalista, o Brasil nunca será um Japão, ou EUA. Sempre será, na melhor das hipóteses, um país importante no conjunto dos países subordinados, como o México. Nesse sentido então, a reestruturação produtiva ainda vai fazer mais estragos no Brasil. O processo de privatização ainda não se completou. E eu espero que ele não se complete.

Classe - Quais são os desafios do movimento sindical para se contrapor a esse projeto?

Ricardo Antunes - Primeiro, ele precisa ser radicalmente crítico a esta ordem; não aceitar a tese de que é preciso entrar nesse modelo para melhorá-lo. Como é que eu vou discutir com o capital a tecnologia? Essa é uma coisa que o capital comanda. Nós temos é que resistir. Muitas vezes negociar, mas resistindo e confrontando. A esquerda sindical e partidária tem que gastar o melhor de seu oxigênio para elaborar um projeto global alternativo contrário ao capital em escala mundializada. É preciso um projeto alternativo, socialista, renovado e radical.

Tendo esse desenho alternativo, é preciso desencadear um conjunto de ações imediatas. Por exemplo, é imprescindível a redução radical da jornada de trabalho, sem redução de salário.

É preciso reduzir a jornada de trabalho

Classe - Isso é diferente da flexibilização da jornada de trabalho?

Ricardo Antunes - Isso é muito diferente do que faz uma parcela do sindicalismo brasileiro, inspirado no alemão e outros, que é flexibilizar a jornada de trabalho. A flexibilização está em sintonia com o capital da era da reestruturação produtiva.

Cabe ao movimento sindical de esquerda um conjunto de reformas que têm um traço anticapitalista. Por exemplo, a reforma agrária. No contexto da mundialização de capitais, fixar o trabalhador à terra, criar formas de trabalho cooperativo, pequenas unidades de trabalho ou fazendas coletivas, uma produção mais fincada no campo, é contrário à tendência neoliberal que impõe o capitalismo no campo, introduzindo tecnologia, quebrando as fronteiras, destruindo força de trabalho. A reforma agrária é importante no sentido de diminuir a intensidade das mudanças neoliberais no Brasil.

Classe - O que fazer para que os excluídos passem a fazer parte do processo produtivo?

Ricardo Antunes - Uma parte muito importante da classe trabalhadora, pelo menos 25 milhões, está no chamado mercado informal. É importante que a esquerda elabore um modelo econômico alternativo que incorpore, que inclua força de trabalho. Um projeto que incentive o mercado interno e que tenha um traço anticapitalista, se opondo à superexploração do trabalho. Para crescer o mercado interno é preciso acabar com a superexploração da força de trabalho e enfrentar os interesses dos grandes monopólios.

Hoje, o modelo econômico que caracteriza o Brasil é a produção, de forma competitiva, para o mercado externo; e a produção para o mercado interno, altamente concentrado, composto pelas classes burguesa e média alta. É um mercado muito elitizado. É preciso ampliar esse mercado, incorporando as massas. De modo que o centro do nosso modelo econômico não pode ser produzir para o mercado externo, mas para o mercado interno.

Classe - E no campo da luta sindical?

Ricardo Antunes - Esse é um terceiro aspecto. As empresas tayloristas e fordistas eram empresas verticais. E a elas correspondeu um sindicalismo também verticalizado. Hoje, a empresa do capital monopolizado e mundializado é horizontal. A Toyota é horizontal. Têm 25 mil empresas, pequenas, médias e grandes, que fornecem produtos para ela. Ou seja, não é possível que na época da horizontalização do capital, os sindicatos permaneçam verticais.

Classe - O que significa a horizontalização dos sindicatos?

Ricardo Antunes - Os sindicatos devem incluir os trabalhadores estáveis e também o precário, o terciário, na sua base. Porque a classe trabalhadora hoje, em escala mundial, é mais precarizada, terceirizada e fragmentada. Se o sindicato ficar fazendo camara setorial para sua categoria estável e esquecer o conjunto que está sendo precarizado, estará abandonando a classe trabalhadora, vai ser um sindicato neocorporativo, de acomodação e conciliação. O desafio hoje é um sindicato mais horizontal, mais classista, mais abrangente na sua ação. Na Inglaterra, o neoliberalismo arrasou os sindicatos. Sabe o que eles estão fazendo nos últimos anos? Promovendo fusões entre os que sobraram. É mais ou menos isso que temos que fazer antes que eles arrasem o nosso sindicalismo.

O próximo passo vai ser, com certeza, criar incentivo para sindicatos de empresa, nos moldes do sindicalismo japonês. Nós temos que resistir a isso, com um sindicato que incorpore o conjunto da classe que vive do trabalho.

Classe - Essa sua opinião de que os sindicatos devem se horizontalizar, contraria a posição da CUT de defesa do sindicato orgânico?

Ricardo Antunes - O sindicato orgânico proposto pela CUT tem muitos erros. Está totalmente embuido de uma concepção onde os recursos econômicos do conjunto dos trabalhadores vão para a central e não para os sindicatos. Numa central onde a maioria é dada pela Articulação Sindical, quebrar a autonomia financeira e política da base dos sindicatos é um grande equívoco.

Será que a Articulação proporia essas mudanças de conferir autonomia financeira para a direção da central se a CUT estivesse hoje sob o controle da Alternativa Socialista ou da Corrente Sindical Classista? Essa é uma proposta para perpetuar a Articulação no poder. Ela é antidemocrática; se inspira, em alguma medida, na situação do Vietnam, que está sendo questionado hoje, e tem, por incrível que pareça, um sentido vertical, não horizontaliza.

A reinvenção da solidariedade

O Presidente do Brasil proferiu, no México, em visita àquele país, uma conferência que teve reproduzimos abaixo, de autoria de Miguel Urbano Rodrigues, foi publicada no jornal Avante, de Miguel Urbano é jornalista e escritor; ex-deputado na Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa Ocidental. Foi secretário em duas legislaturas da Comissão de Negócios Estrangeiros, representou o Partido Comunista Português. Ele faz uma análise do discurso proferido

A personalidade e o currículo do orador atraíram ao Colégio do México, talvez o mais prestigiado centro do pensamento latino-americano, os nomes mais destacados da *intelligentsia* da pátria de Cuauhtémoc. Fernando Henrique Cardoso é um acadêmico respeitado em todo o mundo. Não conheço estadista com um currículo universitário comparável ao seu. Lecionou em grandes universidades da Europa, da América Latina e dos EUA. A sua obra de cientista social valeu-lhe ainda na juventude o cognome de "Príncipe dos Sociólogos" e continua a ser estudada em dezenas de países.

O tema da conferência reforçou o interesse por ele suscitado. O presidente do Brasil foi ao templo da cultura mexicana pronunciar um discurso sobre a globalização. Soube escolher a tribuna para se dirigir não apenas aos intelectuais e tecnocratas do México e do Brasil, mas a um público mais vasto, abarcando as elites dos EUA e do conjunto da América Latina.

Foi, mais uma vez, brilhante. Mas o discurso, de uma estrutura trabalhada, muito ambicioso, veio dissipar as últimas ilusões que os intelectuais progressistas da América Latina mantinham a respeito da estratégia e do novo pensamento político de FHC.

O seu discurso foi o de um apologista das receitas do neoliberalismo que, com habilidade técnica, critica os efeitos nocivos mais transparentes do liberalismo e procura dar a idéia de distanciamento da ideologia que, afinal, lhe guia a ação.

Como era inevitável, a oração, meticulosamente preparada, apresentou-se recheada de ambiguidades, equívocos e contradições.

Omissões denunciam discurso frágil

O diagnóstico dos males da humanidade na viragem do milênio pareceu-me, no fundamental, correto. FHC não escondeu os perigos do desemprego galopante (somente nos países da OCDE triplicou nos últimos 20 anos) e da injustiça social crescente; mostrou-se preocupado com o aprofundamento do fosso entre os países industrializados e os não desenvolvidos; expressou o receio de que a desigualdade aumente na América Latina nos próximos anos; e apontou as consequências perigosas da mobilização progressiva dos fluxos financeiros sobre as políticas monetárias das economias nacionais. Recordou que a desigualdade entre os homens e o aumento da exclusão social envolvem um convite à reflexão sobre a globalização. Afirmou estar consciente de que o liberalismo clássico e a social-democracia exigem reformulações drásticas. Não esclareceu, porém, de que tipo.

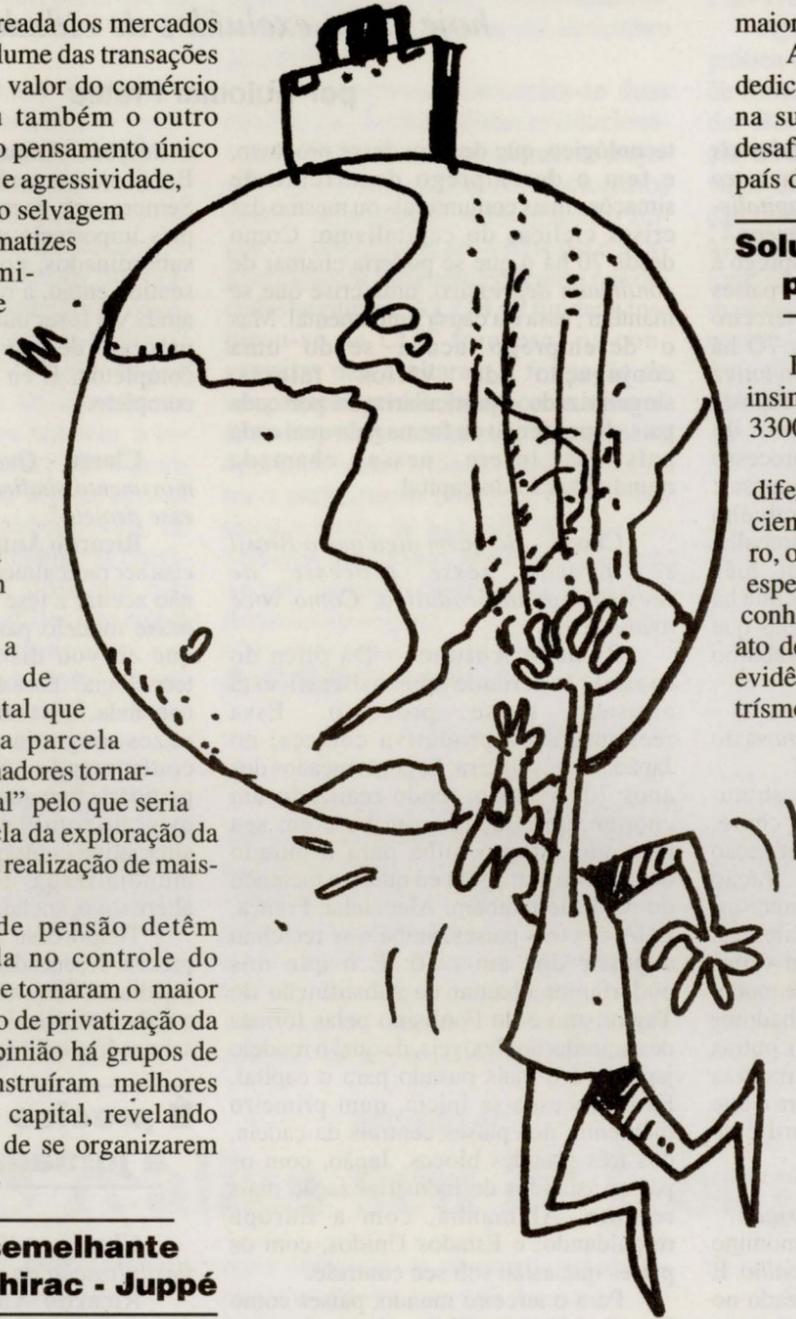
As fragilidades do discurso principiam nas omissões. Não definiu com clareza a globalização. Não fez, sequer, referência ao peso hegemônico que nela desempenha o jogo do dinheiro, ou seja,

a especulação desenfreada dos mercados financeiros onde o volume das transações excede já 50 vezes o valor do comércio mundial. Não citou também o outro vértice do triângulo, o pensamento único que, pela intolerância e agressividade, confere ao liberalismo selvagem em desenvolvimento matizes fascizantes. Minimizando os perigos que enumera, FHC ou sugere que:

- A globalização permitirá à humanidade dar nos próximos anos um salto em direção à prosperidade, com mais justiça social.
- Assistimos a uma pulverização de propriedade do capital que permite já "a uma parcela importante dos trabalhadores tornar-se associada do capital" pelo que seria absurdo insistir na tecla da exploração da força de trabalho com realização de mais-valia.
- Os fundos de pensão detêm posição privilegiada no controle do capital e no Brasil já se tornaram o maior investidor no processo de privatização da economia. (Na sua opinião há grupos de trabalhadores que construíram melhores formas de acesso ao capital, revelando assim a "capacidade de se organizarem de forma moderna").

Linguagem é semelhante a de Chirac - Juppé

- Está a diluir-se a relação patrão-empregado nos setores mais dinâmicos e modernos da economia.
- O marxismo é uma ideologia totalmente superada e a esquerda tradicional é utilizada para "a defesa de bandeiras paradoxalmente conservadoras no sentido da manutenção de situações de privilégio". (Linguagem muito semelhante à utilizada pelo binómio Chirac-Juppé na crítica aos franceses que se insurgiram contra a demolição da Segurança Social.)
- No âmbito da globalização, "os países passaram a ser selecionados para receber investimentos das corporações multinacionais com base no cômputo das vantagens que oferecem, entre as quais a qualificação da mão-de-obra que se transforma num fator cada vez mais decisivo". Nesse contexto, "os mercados de capital passaram a atuar como verdadeiros vigilantes das gestões nacionais; qualquer medida, por mais correta do ponto de vista interno, que possa sinalizar um passo em falso ou contrariar os interesses dos investidores externos tem como consequência a revoada dos capitais a curto prazo, com sérios efeitos para a saúde do sistema financeiro de determinados países. (FHC reconhece que o conservadorismo desse tribunal imaterial traz limitações à capacidade de operar dos governantes,



maior convergência universal de valores".)

A parte final da conferência foi dedicada às soluções necessárias para que, na sua perspectiva, o Brasil vença os desafios do presente e se transforme num país desenvolvido.

Soluções apresentadas são pobres e não convencem

É a parte mais pobre, nebulosa e insincera do extenso discurso - ensaio de 3300 palavras.

FHC sublinhou logo no início serem diferentes as motivações do político e do cientista social, afirmando que o primeiro, ou seja ele, não pode como presidente esperar para agir, pela sedimentação do conhecimento. Não estamos perante um ato de modéstia intelectual, mas de uma evidência. Entretanto, armado com esse trismo, apresentou as suas soluções.

São paupérrimas, inconvincentes, e, pior, farisaicas. Um cientista político tão inteligente não pode acreditar nos remédios propostos.

No receituário, uma premissa fulcral impressiona pelo dogmatismo: o Brasil terá de se adaptar "à nova ordem internacional que hoje atende pelo nome de globalização".

Dirigindo-se especialmente ao seu país, aludiu em primeiro lugar à necessidade de procurar saídas inovadoras que envolvam simultaneamente os "diferentes níveis do governo, a sociedade civil, os sindicatos de trabalhadores e órgãos patronais".

O Colégio do México não era o lugar adequado para o inventário da problemática brasileira da chamada consertação social e menos ainda para discorrer sobre as mezinhas caseiras. Mas FHC apresentou uma síntese de medidas que a sua administração adotou ou estaria prestar a implementar. Entre elas inclui as tendentes a reduzir o custo do fator trabalho na produção. (Que é, aliás, baixíssimo, comparativamente aos países da União Européia). Citou, então, "as negociações entre o capital e o trabalho para a flexibilização das relações trabalhistas". Tocou num ponto mais sensível. Um acordo assinado em fevereiro entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Federação das Indústrias do mesmo Estado levantou ondas de indignação no país. Nos termos desse convênio, que suscitou o entusiasmo do patronato, as empresas que a ele adiram e os trabalhadores ficam isentos de descontar para a Previdência percentagens estabelecidas pela lei. O desconto para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (criado pela ditadura para substituir o regime da estabilidade no emprego), esse é simplesmente eliminado.

O escândalo foi tamanho que o Poder Judiciário interveio, qualificando o acordo de inconstitucional e de agressão contra direitos fundamentais dos trabalhadores. Efectivamente, trata-se de uma pirataria patronal, viabilizada pela cumplicidade de

mas acha que "as janelas de oportunidade do sistema em gestação" permitem a países como o Brasil e o México exercerem a sua vocação para a "autodeterminação soberana e consolidarem a sua capacidade de influir na construção do futuro".)

● Uma das consequências sociológicas da modernização é a dispersão de interesses, a fragmentação do trabalho e do capital. Por isso o cerne da ação política deve ser "a criação de um espaço político onde esses interesses se harmonizem racionalmente". (Segundo o seu conceito de racionalidade, o Estado precisa rever a sua função social).

● A orientação do desenvolvimento pelo Estado torna-se muito mais importante do que "a tentativa comprovadamente ineficaz de substituir a iniciativa privada na produção de bens e serviços que não tenham natureza essencialmente pública". (O Estado desejável para FHC é aquele que, em consequência "do seu novo papel deve intervir menos e melhor" com "opções cada vez mais restritas em termos de política económica". (Estranhamente, acha "paradoxal e irónico" que a desigualdade se acentue num momento em que "caminhamos" para uma uniformização institucional e uma

e pelas elites

repercussão no continente. A matéria que o Partido Comunista Português, no mês de abril, Europa e na Assembléia Parlamentar da União da Assembléia da República Portuguesa, onde foi lido por Fernando Henrique Cardoso

um sindicalismo corrompido. O Presidente da República, porém, apoiou publicamente a iniciativa com o argumento de que contribuirá para gerar mais postos de trabalho.

O Presidente tem consciência - e afirma-o enfaticamente - de que o "trabalho fundamental do político, nos nossos países (América Latina) está ligado ao tema da justiça social". Não poderia, portanto, no Colégio do México, falando perante personalidades eminentes da *intelligentsia* permanecer calado sobre a temática do combate à injustiça social.

No capitalismo nunca houve solidariedade

E que disse?

Na prática, nada. Mas num cientista com a sua envergadura intelectual é grave que as flores de retórica utilizadas na tentativa de eludir a questão tenham sido extraídas do ramallete ideológico do liberalismo folclórico.

Falta de imaginação? Certamente não.

Para o desenvolvimento de uma luta eficaz contra os aspectos negativos que identificam a globalização em países como o Brasil e o México, nomeadamente o crescimento da desigualdade, do desemprego e da exclusão social, FHC afirma que será impensável "retomar os valores comunitários e recriar uma ética da solidariedade".

A advertência é correta, com uma ressalva. No capitalismo nunca houve respeito por esses valores, nem qualquer senso de solidariedade social. Não se trataria pois de recriar, mas de criar a partir da estaca zero.

Que caminhos antevê, aliás, FHC para que a aventura humana possa desembocar um dia num grande estuário de solidariedade? Afé tudo se torna mais do que nebuloso. Em primeiro lugar porque defende a globalização como uma inevitabilidade benéfica. Sem ela não vê modernização viável. Isso não obstante ele próprio reconhecer que "a idolatria do mercado" gerou "um vazio ético".

FHC conhece o egoísmo das elites

Colocado perante a contradição desenvolvimento humanizado-vazio ético, FHC sugere uma saída para o impasse. Seria suficiente orientar no bom sentido a globalização, "que sinaliza uma era de prosperidade sem igual na história do homem", não obstante "quatro quintos da humanidade padecerem os efeitos da miséria e da doença". FHC não se perturba com mais essa contradição antagônica. E, numa pirueta de mago, apresenta a sua solução. Ela estaria num reforço de solidariedade social das elites culturais e econômicas. A tarefa de reinventar a consciência ética das elites (que jamais existiu) aparece-lhe como um dos grandes



desafios do nosso tempo.

É quase supérfluo esclarecer que FHC conhece muito bem as "elites" brasileiras e o seu feroz egoísmo de classe. Isso não o impediu de dar contronos românticos à ponta final de seu discurso-ensaio. O que confunde, por insólito. O cientista social e o político FHC são avessos ao romantismo.

O texto, entretanto, é muito claro: FHC não atribui qualquer papel significativo na desejada humanização do desenvolvimento aos milhares de milhões de homens e mulheres que mundo afora trabalham e produzem. Não faz uma referência à existência de classes sociais; os trabalhadores não aparecem como seres ativos no seu quadro idílico de reforma do mundo; contempla com displicência "o fim das utopias revolucionárias".

A construção de uma sociedade planetária sem fome, miséria, opressão e exclusão social estaria, na sua mundividência, fundamentalmente condicionada pela transformação de elites egoístas em elites filantrópicas. O "reforço" da elite da solidariedade somente pode, acredita, vir de cima, como dádiva das "elites".

Foi uma sofisticada apologia do capitalismo

A revitalização "dos valores essenciais do humanismo, da razão sábia, da tolerância (...) balizadores da legitimidade moderna", surge-lhe como tarefa e desafio dos "governantes, dos intelectuais, das lideranças da sociedade civil para que o novo Renascimento possa florescer em toda a sua força transformadora da história".

Que ética renascentista da solidariedade social tem na mente? A dos Medicis, a dos Bórgia, a dos príncipes da Casa da Áustria, a dos Valois? A Inglaterra vitoriana, com o seu arrogante parlamentarismo social, certamente aplaudiria a teoria de FHC sobre a reconversão das "elites".

O fecho que transcrevi confere transparência às intenções. O discurso ensaístico de Fernando Henrique Cardoso no Colégio do México deixará memória na América Latina como uma das mais sofisticadas apologias do capitalismo até hoje sustentadas por um presidente da região. Dissipa dúvidas sobre a metamorfose de um intelectual que há 30 anos, quando jovem professor, dizia ser marxista e foi expulso da Universidade de São Paulo durante a ditadura militar pelo seu compromisso com uma luta que fazia do povo o sujeito da história.

EUA aplaudem FHC por Lei de Patentes

A Câmara dos Deputados aprovou, em 16 de abril, os últimos destaques da Lei de Patentes, resultado do parecer do deputado Ney Lopes (PFL-RN), que em nada alterou o projeto que havia sido aprovado pelo Senado no final de fevereiro. No Senado, o substitutivo aprovado foi o do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), atual presidente da Confederação Nacional da Indústria. Ele acatou todas as exigências do cartel farmacêutico norte-americano e ignorou as sugestões do Fórum Pela Liberdade do Uso do Conhecimento, que congrega entidades e instituições de diferentes setores da sociedade brasileira.

Sueli Scutti

A nova lei tem objetivo certo: beneficiar as indústrias multinacionais farmacêuticas, de alimentação e biotecnologia. A Associação da Indústria Farmacêutica Americana (Pharma) recomendou aplausos a Fernando Henrique quando ele visitar Washington neste mês de maio. "Estamos muito satisfeitos, não apenas com o conteúdo da nova legislação, que resolve as questões mais importantes, como a maneira pela qual o governo brasileiro obteve sua aprovação", declarou Leslie Ackerman, vice-presidente da Pharma para a América Latina.

A nova lei de propriedade industrial brasileira, com o mecanismo chamado *pipeline*, garante patente retroativa para produtos já registrados em outros países. Uma inovação que nenhum país adotou e tem limites até mesmo no Acordo do Gatt (atual Organização Mundial do Comércio) em vigor no Brasil desde janeiro de 1995. No Gatt está previsto que somente pedidos de patentes feitos a partir de janeiro do ano passado devem ser reconhecidos. Mas a nova Lei de Patentes vai além e possibilita registro com pedidos anteriores.

O governo do Brasil, os parlamentares que aprovaram a lei e a indústria multinacional dizem que as indústrias brasileiras não vão ter de pagar royalties (direitos autorais) por produtos que elas fabricam e patenteados pelas multinacionais antes de janeiro de 1995. Mas a lei abre essa brecha. "Se não era para propiciar a cobrança retroativa, então por que colocar o *pipeline* na legislação?", pergunta Gilda Almeida de Souza, presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

Também está garantido o patenteamento de microorganismos de animais e vegetais transgênicos (modificados em laboratório por engenharia genética). São células humanas, vegetais ou animais, contendo o código genético, que passam a ser produto industrial. A indústria passa a ter o direito de manipular seres vivos e obter lucros com eles.

Sara Kanter, da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, diz que o Brasil poderia competir com outros países na área de biotecnologia, porque é considerado pela ONU o país de maior patrimônio genético. Ao reconhecer patentes de microorganismos o Brasil permite que se explore todo o

seu patrimônio genético sem qualquer contrapartida. "A Índia, que não dispõe desse patrimônio, não reconhecerá patenteamento de microorganismos enquanto os Estados Unidos não assinarem o acordo da biodiversidade firmado entre os países na Eco-92", lembra Sara Kanter.

Fica preservado o "segredo do negócio", prática incompatível com o conceito de patente, que significa conceder monopólio em troca da revelação de um conhecimento que vai beneficiar milhões de pessoas. Em outras palavras, fica garantido o monopólio do conhecimento por 20 anos para um único produtor. Com isso, impede-se a transferência de tecnologia, diferente do que fez o Japão, que só reconheceu patentes em 1976, quando sua indústria já estava suficientemente desenvolvida e em condições de competir com as

estrangeiras. Antes, os japoneses exigiam que todas as pesquisas feitas fora fossem repetidas no país para transferir conhecimento.

Com a nova lei, a empresa dona da patente de um certo produto não é obrigada a fabricá-lo no Brasil. Pode importá-lo pronto e para isso não precisa manter sua fábrica no país. As consequências imediatas são o desemprego e a desindustrialização. O Brasil passa a ser apenas um entreposto comercial, o que já acontece com o Chile e o Peru, onde foram fechadas todas as indústrias farmacêuticas multinacionais. Não há mais incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico interno, porque as indústrias vão investir no desenvolvimento de suas matrizes. O professor da Unicamp Rogério Cerqueira Leite diz que "um estatuto que foi concebido com a finalidade de incentivar a produção serve agora para impedir a produção".

A lei tem prazo de um ano para entrar em vigor - exceto o *pipeline*, que passa a valer imediatamente - ao passo que no acordo do Gatt o prazo é de até dez anos de transição, para que os países em desenvolvimento não sofram impacto negativo em excesso. Gilda Almeida de Souza diz "que os americanos tanto pressionaram pela aprovação da lei que conseguiram mais do que queriam".



Multa para sindicato grevista

Com a justificativa de oferecer parâmetros legais para a Justiça do Trabalho multar as entidades sindicais que abusarem do direito de greve, o governo enviou ao Congresso o Projeto de Lei 1.802/96, que altera a lei 7.7893, de 28 de junho de 1989.

O projeto visa limitar o valor das multas às entidades sindicais e determina ao tribunal que, ao aplicar multa por abuso de greve, leve em consideração a capacidade econômica do sindicato e as consequências sociais e econômicas do não cumprimento da decisão.

Para atender a estes dois fundamentos - fornecer parâmetros legais e limitar o valor das penalidades pecuniárias aos sindicatos - o governo fixou em até 500 salários mínimos por dia a multa pelo não atendimento de atividades consideradas essenciais no período de greve e de até mil salários mínimos por descumprimento de decisão que declarou a greve abusiva e determinou o retorno ao trabalho.

As multas, cuja execução poderá ser requerida pelo Ministério do Trabalho, antes mesmo da publicação do acórdão, podem ser suspensas pelo tribunal que as aplicou, pelo prazo de cinco anos, tanto por solicitação do sindicato multado quanto pelo Ministério Público do Trabalho, desde que o retorno ao trabalho esteja normalizado. Se a entidade sindical não promover greve abusiva durante os cinco anos da suspensão da execução da multa, esta poderá ser cancelada.

O projeto prevê ainda que entidades cujas multas estejam em execução, caso dos petroleiros, poderão postular perante o tribunal a adequação dos valores estabelecidos nesta lei, assim como pleitear a suspensão de sua execução por um prazo de cinco anos, desde que nesse período abstenha-se de promover greve abusiva.

Segundo avaliação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) esse projeto faz parte da estratégia governamental de asfixiar financeiramente as entidades sindicais que combatem o programa neoliberal, cujos eixos centrais são: privatização, flexibilização das relações de trabalho, pulverização sindical e fortalecimento do mercado, ainda que com fortes injeções de recursos públicos, como no caso dos bancos privados.

O teto que o governo quer fornecer para os tribunais aplicarem multas aos sindicatos não encontra paralelo na legislação brasileira. Nunca, nenhuma grande empresa teve multa diária de mil salários mínimos. O que o governo pretende com este projeto, num primeiro momento, é intimidar o movimento sindical, e, num segundo instante, domesticar os sindicatos com a permanente ameaça de multa impagável.

Os trabalhadores não podem aceitar essa chantagem. A proposta que o governo oferece aos petroleiros, depois de vetar o projeto de anistia, é entregar seu patrimônio empagamento das multas ou renunciar ao direito de greve. Ou alguém tem dúvida que a eventual revisão das multas não terá como parâmetro a capacidade de pagamento, ou seja, um valor capaz de ser pago com a venda do patrimônio das entidades.

A rejeição desse projeto imoral e a derrubada do veto à anistia dos petroleiros deve ser motivo de mobilização dos trabalhadores.

90 anos da 1ª central operária

A criação de entidades sindicais unitárias e nacionais no Brasil acaba de comemorar 90 anos: foi entre os dias 15 e 22 de abril de 1906 que reuniu-se, no Teatro Galego, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Operário Brasileiro.

José Carlos Ruy

O congresso fundou a Confederação Operária do Brasil, entidade que passou a funcionar regularmente dois anos mais tarde, e foi criado também o jornal *Voz do Trabalhador*, porta voz da central, publicado desde o dia 1º de fevereiro de 1908.

Naquela semana, mais de 40 sindicatos, de oito estados brasileiros (principalmente de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) reuniram-se para discutir uma agenda que envolvia questões políticas, ideológicas, organizativas e mobilizatórias do proletariado brasileiro. Por exemplo, os trabalhadores deveriam ou não criar um partido político? Devem organizar-se por ofícios ou por indústrias? Devem ser unicamente de resistência ou dedicar-se também à assistência dos trabalhadores? Discutiram se os sindicatos deviam aceitar apenas operários, ou também trabalhadores de outras funções, principalmente as chefias; se a COB admitiria sindicatos não operários; se os sindicalistas deveriam ser remunerados. Debateram, entre outras coisas, a necessidade do direito de reunião para os trabalhadores; abolição das multas que eram cobradas aos trabalhadores por alegadas infrações cometidas nos locais de trabalho; a jornada de 8 horas de trabalho por dia; os acidentes de trabalho; os baixos salários e os constantes atrasos em seu pagamento; a regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças.

O Congresso reuniu-se numa conjuntura de avanço do movimento operário e sindical, com as greves pipocando

desde 1904, com manifestações operárias, comícios, fundação de novos sindicatos e associações, criação de efêmeros partidos proletários, atos públicos contra o tiroteio contra manifestantes na Rússia czarista em dezembro de 1905.

No congresso, chocaram-se duas tendências, os sindicalistas revolucionários e os socialistas. Amplamente majoritários, os sindicalistas revolucionários (isto é, anarquistas), conseguiram impor sua hegemonia ao congresso e à organização da vanguarda operária nas décadas seguintes. A COB ali fundada inspirou-se na CGT francesa; os congressistas não aceitaram a formação de um partido operário (aliás, coerentemente com as teses anarquistas, alertaram os operários contra todos os partidos e contra a participação política), mas enfatizou a tática de ação direta - greves, boicotes, sabotagem, denúncias públicas - como principal forma de luta contra o domínio do capital.

A COB inspirou-se na CGT francesa

Assim, a COB era "formada por federações locais ou estaduais da indústria ou de ofício; federações locais ou estaduais de sindicatos; sindicatos isolados de lugares onde não existam federações locais ou estaduais; ou de indústrias ou de ofício não confederados. Além disso, a resolução de fundação dizia que "só os sindicatos de trabalhado-

res assalariados e que tenham com base principal a resistência podem fazer parte da Confederação (Foot Hardman e Victor Leonardi, *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*).

Apesar de recusar a luta política, na prática os sindicalistas "conduziram-na de forma bastante ativa", diz o historiador Boris Koval, que estudou a formação da classe operária brasileira. Tratava-se de uma época de afirmação classista do proletariado brasileiro. Muito nova, recém saída da excravidação (que foi extinta no país em 1888), extremamente minoritária no conjunto da população brasileira, e mesmo entre os trabalhadores, cuja imensa maioria era formada por camponeses, mesmo assim aquela classe operária foi protagonista de feitos notáveis.

O anarquismo, que tinha a hegemonia da vanguarda, revelava as limitações e, ao mesmo tempo, as qualidades daquela classe operária. Em primeiro lugar, exprimia as concepções de trabalhadores que ainda não se haviam liberado completamente do artesanato, e estavam ainda sob sua influência ideológica. Revelava também a forte influência cultural dos imigrantes que vieram de países de forte tradição anarquista. Mas, por outro lado, revelava a recusa de colocar o movimento sindical e operário a reboque de partidos socialistas extremamente reformistas, adeptos da conciliação com o capital e, por isso, incapazes de dotar a classe operária dos instrumentos de luta necessários ao confronto com o poder do capital.

MOVIMENTO

UJS realiza seu 8º Congresso

De 6 a 9 de junho, em São Paulo, capital, a União da Juventude Socialista realiza seu 8º congresso nacional que marcará uma nova fase na sua vida.

Vivendo no contexto de uma das piores crises sociais que o país já atravessou, a juventude brasileira tem sido um dos setores mais penalizados.

Dados de pesquisa realizada pelo Dieese na Grande São Paulo, demonstram que o desemprego de jovens, entre 85 e 95, cresceu 18,4%, enquanto o desemprego total cresceu 8,2%. Isso demonstra que a juventude é quem mais tem sofrido o impacto da diminuição de postos de trabalho.

Na educação e na saúde, a crise também se alastra. O governo "moderno" de FHC, ao invés de buscar reverter o quadro dessas áreas vai, em 96, investir 35% e 27% menos que o ano passado em educação e saúde, respectivamente.

A chamada estabilidade econômica tem acelerado a exclusão, a marginalização e a miséria.

Apesar da pretensa unanimidade neoliberal construída pela mídia, a juventude tem vivido a dura realidade que este projeto oferece ao país.

Na verdade, a política neoliberal só pode oferecer para nós a ausência de perspectiva, a insegurança e o desespero.

É por isso que se faz necessário chamar amplas parcelas de nossos jovens para romper com essa política e lutar por um projeto que crie novas possibilida-

des e perspectivas, chamar a juventude para a esquerda, para luta democrática e nacional, para o socialismo.

Uma nova fase na vida da UJS

Em setembro desse ano a União da Juventude Socialista completará 12 anos de existência. Nesse período travou lutas importantes (voto aos 16 anos, serviço militar opcional, defesa da Amazônia, eleições 89, defesa da cultura popular e de direitos da juventude) e acumulou muita experiência.

São da UJS as principais lideranças juvenis e estudantis que o país conheceu nesse período. Tudo isso constitui um patrimônio e um poderoso arsenal para a luta juvenil.

Essa nova fase já tem como marco fundamental a decisão tomada pelo Comitê Central do PCdoB de apoiar a construção da entidade com todos os seus militantes das frentes de juventude e estudantil, que se organizarão pela UJS e terão como tarefa fundamental construir a entidade.

Marca também essa fase, a busca de uma organização autônoma, com mais iniciativa e sem seus olhos pregados na defesa dos direitos dos jovens e no socialismo.

A entidade deve ser um instrumento de luta para os jovens mas deve ser, também, um espaço de vivência coleti-

va, saudável e inovadora.

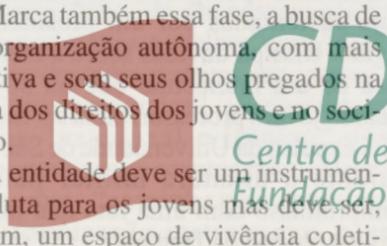
O Congresso, que estava inicialmente previsto para Sorocaba, foi transferido e está confirmado para São Paulo. A transferência se deu em função de problemas de infraestrutura.

Estarão nesse Congresso as 900 principais lideranças estudantis e de juventude do país. Nele, debateremos essa nova fase da entidade, o nosso novo manifesto socialista, a realidade do Brasil e do mundo, as eleições de outubro, educação e uma campanha em defesa do emprego para a juventude.

O Congresso vai eleger uma nova direção nacional, que terá o desafio de conduzir a entidade nessa nova fase.

Para a grandeza desse desafio a entidade precisará contar com pessoas da capacidade, representatividade e referência dos deputados Lindbergh Farias, ex-presidente da UNE, e Ricardo Gomyde; com líderes estudantis como Orlando Junior, presidente da UNE e Kérison Lopes, presidente da Ubes. Com militantes juvenis como Ricardo Abreu (Alemão), Waldemar de Souza, Rovilson Brito, Jorge Panzera, Manoel Rangel, Joel Benin e Fernando Gusmão.

E com a tradicional ousadia da juventude. De posse desses objetivos o que se pretende com o 8º Congresso da UJS é marcar a história da juventude brasileira. (Rovilson Brito, da Comissão Nacional de Juventude do PCdoB)



Cuba volta a comemorar o 1º de maio

Mais de um milhão de trabalhadores saem às ruas para comemorar o Dia Internacional dos Trabalhadores e protestar contra o bloqueio imposto pelos EUA

Os cubanos atenderam à convocação do presidente Fidel Castro e saíram em massa às ruas no dia primeiro de maio, numa enorme manifestação em apoio à causa socialista e contra a lei americana Helms Burton, que tornou mais rigoroso o embargo dos Estados Unidos à ilha.

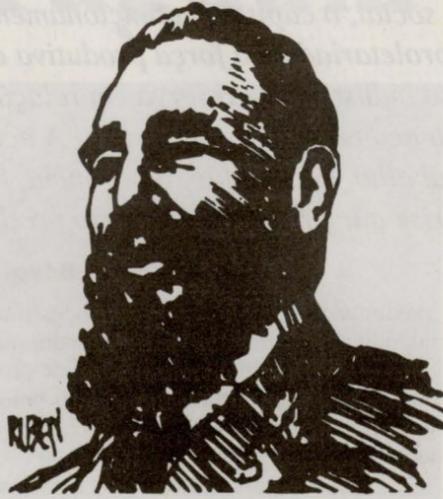
A manifestação foi assistida por 1300 estrangeiros convidados, representantes de 190 organizações de 50 países. Entre os brasileiros, o secretário sindical do PCdoB, João Batista Lemos, presenciou da tribuna de honra, "uma das manifestações mais emocionantes que já vi".

Há dois anos estavam suspensas as comemorações do 1º de Maio, devido à crise econômica do país. Mas nesse ano, a tradicional celebração

levou cerca de um milhão e 200 mil trabalhadores à Praça da Revolução, em Havana.

A economia cubana começou a mostrar sinais de recuperação. Em 1995, pela primeira vez desde o colapso da União Soviética, o país registrou um crescimento de 2,5%. A safra de açúcar, principal produto de exportação, atingiu 4,15 milhões de toneladas no final de abril, podendo superar a previsão de 4,5 milhões de toneladas. Este número representa uma virada, depois da safra de apenas 3,3 milhões de toneladas no ano passado e do declínio registrado no setor nos últimos anos.

No dia 30 de abril, o presidente Fidel Castro encerrou o congresso da Central dos Trabalhadores Cubanos



(CTC), com um discurso longo - durou duas horas e meia - e otimista, no qual afirmou que o pior da crise já passou.

"Aqueles que pensavam que a revolução cubana iria desmoronar com o fim do socialismo na Europa vêem que Cuba é mais forte. A revolução hoje está mais forte do que nunca", afir-

mou o presidente. Fidel pediu serenidade à população e acusou os Estados Unidos de estarem "mais arrogantes do que nunca".

Os EUA, de acordo com Fidel, se encontram no meio de um processo eleitoral que "é uma loucura", em que "reina a politicagem" e no qual as pessoas não brilham exatamente pelo caráter. Fidel comparou os EUA a um tigre e acrescentou: "Sem dúvida teremos que continuar fazendo o papel de domadores por muito tempo".

A grande afluência da população às ruas, em Havana e outras cidades, foi uma demonstração de apoio ao regime socialista. Uma pesquisa realizada no ano passado pelo jornal *Miami Herald* mostrou que a maioria dos cubanos acredita no socialismo devido aos benefícios conquistados com a revolução, como o alto padrão de saúde e educação.

Congresso em defesa da revolução

Uma delegação de 13 sindicalistas da Corrente Sindical Classista participou do XVII Congresso da Central de Trabalhadores Cubanos (CTC), realizado de 27 a 30 de abril, no Palácio das Convenções, em Havana. O secretário sindical do PCdoB, João Batista Lemos, também esteve presente ao Congresso.

O congresso da CTC é realizado a cada cinco anos. Este, foi preparado durante um ano e teve a participação de 1.900 delegados, de 899 municípios e 14 províncias.

Segundo o secretário-geral da CTC, Pedro Rossi, foi um "congresso político e ideológico, de defesa da revolução e do poder dos trabalhadores diante do recrudescimento do bloqueio, dos mafiosos de Miami e dos capitalistas dos Estados Unidos".

Entre os temas discutidos destacam-se: o papel do movimento e da resistência em defesa da revolução; o processo de divisas (reservas monetárias do país); desemprego; e produtividade.

A maioria das intervenções ca-

racterizou por um amplo diálogo com Fidel Castro, Pedro Rossi e outros dirigentes, examinando programas decisivos para o país, como o desenvolvimento da indústria turística, a agricultura, a extração petrolífera, a geração de energia, a produção de aço e a produção de alimentos, entre outros temas.

Diante da falta de recursos financeiros, o Congresso enfatizou a necessidade e a responsabilidade que o movimento operário tem de potencializar, ao máximo, a possibilidade de eficiência existente em cada empresa.

O turismo representa uma das principais fontes de renda para Cuba, hoje. Mas a avaliação feita pelo presidente Fidel Castro no Congresso é de que ele traz também problemas, como o risco da prostituição, de problemas de saúde, das drogas e até das máfias. "Porém, não podemos viver dentro de uma redoma de cristal, devemos lutar e nos preparar para fazer frente a tudo isso, com a participação das forças públicas, do Ministério do Interior, dos organismos ad-

ministrativos e, sobretudo, com a ajuda dos trabalhadores do turismo, que vivem esta realidade", afirmou.

A prostituição também foi a principal preocupação manifestada por Vilma Espín, presidente da Federação das Mulheres Cubanas. Ela se referiu ao que chamou de uma campanha orquestrada no exterior para propalar calúnias como a que o próprio governo cubano alimentaria a prostituição com o objetivo de aumentar a entrada de dólares no país. "Grosseira difamação", afirmou, informando que "mesmo do ponto de vista legal, se está estudando medidas mais rigorosas para combater a prostituição, entre elas a de incriminar os intermediários, que se aproveitam das prostitutas e prostitutos, facilitando o trabalho e abrindo as portas dos hotéis".

Vilma recordou o quanto a revolução fez, em seus primeiros anos, para tirar as mulheres dessa "vergonha" e que a maioria acolheu a possibilidade de trabalho e capacitação oferecida de imediato.

Encontro de solidariedade

No dia 2 de maio foi realizado em Havana o Encontro sindical Internacional sobre a Unidade e a Solidariedade dos Trabalhadores no Limiar do século XXI, com a presença de representantes de 49 países.

O encontro deliberou pela realização, em julho ou agosto do próximo ano, do Encontro Sindical Mundial, que terá como tema a unidade de ação dos trabalhadores frente ao neoliberalismo e a globalização.

O objetivo é que participem organizações sindicais e sociais de todo o mundo, respeitando a máxima pluralidade e sem exclusões, a fim de garantir a mais ampla participação.

A Corrente Sindical Classista faz parte do comitê de organização do evento.

Eleições livres na Albânia?

Várias organizações internacionais de direitos humanos estão denunciando ao mundo a nova lei albanesa "contra o genocídio e os crimes contra a humanidade durante o regime comunista", recentemente promulgada pelo parlamento albanês. Esta lei priva de funções oficiais locais ou nacionais todos aqueles que, após o mês de março de 1991, tenham sido membros de órgãos de governo ou de direção do antigo Partido do Trabalho da Albânia, presidentes da Corte Suprema, procuradores-gerais, secretários do PT. A em nível distrital, membros da polícia secreta e todos aqueles que serviram de testemunhas em processos políticos. A lei impede

que estas pessoas possam ser eleitas para o Parlamento, para o Governo, para os órgãos da Justiça e dos meios de comunicação até o ano 2002.

A preocupação destas organizações, quanto ao aspecto jurídico e político é de que esta lei proclama a culpa baseando-se na participação coletiva em órgãos superiores comunistas e não sobre atos praticados particularmente por cada um dos acusados.

Tudo leva a crer que a adoção de tal lei agora será utilizada não para fazer justiça mas para restringir a liberdade de oposição política, especialmente dos que se destacaram durante o regime socialista anterior.

71 anos d'A Classe Operária

Fundado em 1925, o jornal *A Classe Operária* completa 71 anos de existência neste mês de maio. Órgão oficial do Partido Comunista do Brasil, *A Classe Operária* já passou por diversas fases. Durante a ditadura, era impressa em papel de seda para que pudesse circular sem chamar a atenção e para que pudesse ser destruída facilmente caso fosse encontrada

pela repressão.

Hoje, *A Classe Operária* passa por um período de dificuldades financeiras. Por isso, não tem periodicidade regular. A intenção é fazer com que circule a cada dois meses. Nos intervalos entre a sua publicação continuaremos editando o *Boletim d'A Classe Operária* em formato de jornal. Também estamos realizando reuniões para discutir questões partidárias.

Lucro máximo, miséria e renda mínima

“Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho; tanto maior o exército industrial de reserva...

Mas quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores ... maior o pauperismo oficial.

Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista ... A acumulação da riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da crise que produz seu próprio produto como capital. (Karl Marx, O Capital)

Sérgio Benassi

No Brasil, apesar dos inúmeros planos econômicos e da troca de governos, aumentam, ano após ano, a pobreza e a miséria. (Veja box).

O Brasil é um país injusto. O autor da frase é um insuspeito sociólogo que, recentemente, galgou a presidência da República, trazendo em seu currículo inúmeros trabalhos sobre a dependência brasileira. Mas, frente a dados tão significativos não é preciso ser sociólogo e, muito menos o “Príncipe dos Sociólogos”, para descobrir que os números revelam uma estrutura econômico-social atrasada e concentradora de rendas.

Fernando Henrique Cardoso, porém, não tem a mesma felicidade quando o assunto é a caracterização política de seu governo. Além da controversa declaração, “esqueçam tudo o que escrevi”, o presidente se auto-define como neosocial, rejeitando o adjetivo neoliberal.

Como ninguém é julgado pelo que diz mas por aquilo que faz, é oportuno tentar, brevemente, definir o neoliberalismo e, a partir daí, examinar os atos do governo de FHC.

Sendo ou não um corpo teórico específico, o neoliberalismo se caracteriza ideologicamente por ser uma afirmação genérica de liberdade; pela defesa da primazia do mercado sobre o Estado, e do individual sobre o coletivo; e pela defesa do Estado mínimo, ao lado da crítica à sua intervenção no livre jogo dos agentes econômicos.

Em nosso país, a partir destes elementos gerais, quais tem sido o discurso e a prática neoliberal?

Uma defesa intransigente da privatização, onde patrimônios valiosos são trocados pelas moedas podres a preços aviltados; a defesa da desregulamentação das relações trabalhistas e dos direitos constitucionais, a fim de diminuir o chamado Custo Brasil; intensa propaganda por uma maior abertura para o capital internacional nos poucos setores em que sua presença ainda no era marcante ou majoritária, com o sistema financeiro; viagens fiscais e tributárias para permitir maior transferência de renda da sociedade para os grandes monopólios e o setor financeiro, como mostra o recém-inaugurado programa de fusão de bancos.

A versão Tucana do neoliberalismo

Apesar das sucessivas tentativas do presidente de se livrar da alcunha de neoliberal, está ficando cada vez mais claro para o conjunto da população que o atual governo não apenas se orienta pelos princípios do neoliberalismo, como aplica sua versão tupiniquim e tucana. Versão introduzida pioneiramente por Fernando Collor de Melo, continuada e desenvolvida por FHC.

É importante assinalar que, apesar da sua devastadora influência na América Latina e no mundo e de seu êxito provisório na luta contra a inflação, o neoliberalismo não conseguiu em 15 anos de hegemonia nos países mais ricos do mundo, revitalizar o capitalismo, no sentido de gerar um poderoso ciclo de desenvolvimento. Gerou, contudo, um grande efeito social: aumentou as desigualdades sociais por toda a parte onde foi implementado.

O neoliberalismo é patrocinado por agências internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, visando, fundamentalmente, nas condições da globalização da economia, a

maximização dos lucros dos grandes monopólios, que têm interesses espalhados por todos os países e em todos os ramos de produção. Sem qualquer consideração pelos interesses nacionais e populares, buscam o lucro máximo e geram miséria.

O presidente-sociólogo devia, portanto, saber que não é com a política neoliberal que o Brasil deixará de ser um país injusto.

Como iniciar uma discussão séria sobre a erradicação da pobreza e da miséria?

A fome e miséria não são privilégios dos países menos desenvolvidos economicamente. Para citar um único exemplo: nos Estados Unidos da América, em 1988, 32 milhões de indivíduos viviam abaixo da chamada linha oficial de pobreza. E uma década antes, esse número era de 24,5 milhões de pessoas. Ou seja, passou de 11,5% da população para 13%.

É preciso realizar a reforma agrária

No capitalismo, riqueza e miséria são como duas faces de uma mesma realidade, uma não pode existir sem a outra. A transformação radical dessa realidade só pode ser pensada em um outro tipo histórico de sociedade, a socialista.

Por isso, o PC do B afirma no seu novo programa: “Na encruzilhada histórica em que se encontra o Brasil, somente o socialismo científico, tendo por base a classe operária, os trabalhadores da cidade e do campo, os setores progressistas da sociedade, pode abrir um novo caminho de independência, liberdade, progresso, cultura e bem-estar para o povo, um futuro promissor à nossa Pátria”.

Mas o socialismo no Brasil só se realizará com a resolução das causas estruturais do atraso econômico, responsáveis maiores pela grave realidade social do povo. Ou seja, resolvendo a questão do monopólio da terra e da subordinação aos interesses do capital monopolista e financeiro, nacional e internacional.

Impõe-se a realização de uma reforma agrária anti-latifundiária, que dê terra a quem nela queira trabalhar. O que não se confunde com a suposta política de assentamento do governo FHC, que, na melhor das hipóteses, assentará 200 mil famílias até o final de seu governo, diante de um déficit de 4,8 milhões de famílias.

Impõe-se a imediata interrupção da sangria da dívida externa que, em 10 anos, levou do país mais de US\$ 190 bilhões. Uma dívida impagável, pois só aumenta: em 1996 deverá estar na casa dos US\$ 135,4 bilhões e, em 1999, atingirá US\$ 168,7 bilhões.

Combater a miséria e seus efeitos

Isso não significa afirmar que se deva cruzar os braços, esperando o socialismo ou a adoção de medidas radicais na economia. Ao contrário, é possível se iniciar o combate à miséria e seus efeitos degradantes ainda no capitalismo. Para isso, são necessários uma real distribuição de renda no Brasil; o aumento substancial dos gastos sociais pelo Estado e não sua redução, ou o desmonte das políticas básicas de saúde, educação e habitação.

É necessária a implementação de um projeto de desenvolvimento econômico para o país, e não a atual política recessiva, para modificar a taxa de investimento nacional que está a 15 anos parada. O que não vai se conseguir com a atual taxa de juros, eleva-

da para atrair recursos para o mercado financeiro e não investimentos produtivos.

A idéia da renda mínima é de origem liberal. Expressa uma concepção sobre o papel do Estado, se limitando a oferecer o mínimo indispensável somente para os mais desfavorecidos. O restante da renda e sua conversão em serviços - incluindo os de saúde e educação - e meios de subsistência deverá ser obtido pelo cidadão no “mercado livre”.

Foi o liberal Thomas Paine, em 1790 no seu livro *Os Direitos do Homem*, quem primeiro defendeu o direito à certa renda como absoluto e incondicional.

Recentemente, nos países mais desenvolvidos, com o avanço da chamada revolução técnico-científica, surgiu uma versão social-democrata da renda mínima.

Diante do desemprego estrutural, ocasionado pela introdução de novas tecnologias no processo de trabalho, além de outras causas, a renda mínima seria uma medida de solidariedade social, garantindo a subsistência dos desempregados. Os dados são de fato preocupantes: na antiga Alemanha Ocidental e na França, mais da metade dos recém ingressados na força de trabalho exercem atividades incertas ou tem emprego em tempo parcial. Somados aos desempregados, estes trabalhadores temporários atingem de 40% a 45% da população assalariada na Grã-Bretanha e até 50% nos EUA.

Nesse caso, a renda mínima surge em consequência do desemprego causado pelo avanço tecnológico e o aumento da produtividade e, em países que já enfrentaram questões como a da reforma agrária e certa distribuição de renda, além de serem credores de países menos desenvolvidos e não devedores.

Nesse caso, a renda mínima surge em consequência do desemprego causado pelo avanço tecnológico e o aumento da produtividade e, em países que já enfrentaram questões como a da reforma agrária e certa distribuição de renda, além de serem credores de países menos desenvolvidos e não devedores.

Só o trabalho gera valor

Por outro lado, no plano estritamente econômico é preciso dizer, como demonstrou Marx no capítulo *A Fórmula Tributária d'O Capital v. I*, que o único fator gerador de um novo valor é a força de trabalho. A terra ou os impostos arrecadados pelo Estado não geram um valor novo. Ao contrário, beneficiam-se de partes distribuídas da massa global da mais-valia extraída no processo capitalista de produção. Pode-se afirmar que a renda mínima não é “renda”, no sentido de não surgir como um novo valor. Tem sua origem num valor anteriormente gerado no processo de produção. Portanto, criar ou aumentar a renda, depende da ampliação da produção, que só é possível com novos ciclos de desenvolvimento.

Por outro lado, há indisfarçável motivação política na busca de fornos como a renda mínima. Face aos níveis atuais de miséria e desemprego, sobretudo na América Latina e no Brasil, e diante da expectativa de resultados sociais ainda mais negativos da implementação da política econômica neoliberal (recessão, baixos salários),

certas medidas são inadiáveis para aliviar tensões e evitar convulsões sociais. Ou seja, tentar frustrar rebeliões e revoltas que possam prejudicar as sempre almeçadas estabilidade e governabilidade políticas das classes dominantes.

Vale a pena ainda destacar que nos países avançados - e é curioso que até pouco tempo apenas países da Europa e os EUA tinham iniciado a implementação do projeto, a renda mínima tem três características básicas: um caráter universal, sendo válida para todos os cidadãos; duração ilimitada; e seu reconhecimento como um direito, não sendo confundida com esmola nem como favor de padrinhos políticos.

Por isso, teme-se que em países atrasados ocorram distorções na sua adoção e implementação. Pode ser implementada, por exemplo, como expressão de novas necessidades da acumulação capitalista, via utilização do orçamento estatal. Ou como um novo tipo de beneficência, agora a cargo do Estado e, no mais, das damas de caridade e da Igreja.

A renda mínima poderia ainda se converter numa renda máxima, não pela suposição de que o miserável ou o desempregado se visse desestimulado a inserir-se no mercado de trabalho, mas por que este mercado de trabalho estar cada vez mais reduzido e exigente. Sem educação e saúde fica difícil arrumar trabalho.

Renda mínima legitima a exclusão

Nesse caso, longe de promover a cidadania, a renda mínima legitimaria, preservaria e ampliaria a exclusão social, agora oficialmente.

A renda mínima poderia ainda reforçar o assistencialismo (avesso a um radical programa de combate à pobreza) e o clientelismo político, a exploração da miséria visando vantagens político-eleitorais.

Nem mesmo a versão da renda mínima via cesta básica resolveria estes riscos. Ao contrário, seria duplamente autoritária, ao impedir a livre utilização de parques recursos pelo beneficiário e ao definir, a priori, o cardápio alimentar e as necessidades calóricas e protéicas de cada família. Além de ser prática conhecida e insuficiente, basta lembrar das ações da LBA (Legião Brasileira da Assistência, fundada já na década de 40) e a abandonada iniciativa da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) de motivar os empresários a oferecer sopa nos bairros mais carentes.

Os setores progressistas não podem se confundir na questão das políticas de assistência social. A renda mínima tem sido vista como desdobração e consequência de um projeto político, econômico e social sob o comando do grande capital. É inferior às conquistas trabalhistas e sociais acumuladas em mais de um século de luta. (Sérgio Benassi é vereador do PCdoB em Campina, estado de São Paulo).

Pobreza aumenta a cada ano

* entre 1981 e 1989, os 10% mais ricos da população, que detinham 46,6% da renda, ampliam sua participação para mais da metade, alcançando 53,2%;

* ainda entre 1981 e 1989, os 1% mais ricos, que detinham 13% da renda, aumentaram sua participação para 17,3%;

* no mesmo período, os 10% mais pobres tiveram apenas 0,6% da renda nacional, menos ainda de que os 0,90% de 1981;

* o número de pessoas com renda familiar per capita de até R\$32,00, pula de 29,5 milhões em 1980, para 39,2 milhões em 1990;

* por último, 18% do total de famílias era pobre em 1980, em 1983 o índice chega a 31%, repetindo-se na década de 1990.

PCdoB condena massacre e retira sua participação no governo do Pará

Reunido em caráter extraordinário no dia 23 de abril de 1996, em Belém, o Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil analisou detidamente a tragédia que se abateu sobre os trabalhadores sem terra, no último dia 17, aprovando a resolução política que reafirma sua condenação enérgica a este episódio e faz rever sua participação no governo do Estado

1 - O PCdoB acredita que a tragédia que chocou os paraenses e o povo brasileiro não constitui fato isolado nem está dissociada da crise maior que atinge o país. Esta chacina é trágico exemplo do ambiente de violência que percorre o país de ponta a ponta sob o governo neoliberal, retrógrado, autoritário, antinacional e antidemocrático de Fernando Henrique Cardoso. Em seu governo aprofunda-se a dependência da nação, a liquidação dos direitos sociais, as restrições às liberdades democráticas e a concentração ainda maior da propriedade da terra;

2 - É nesse contexto de crise social e completa falência das estruturas dominantes que se deu a chacina dos trabalhadores sem terra. A execução sumária por órgãos de segurança do próprio governo, deixou evidente o caráter premeditado deste crime, praticado com fortes requintes de crueldade. A gravidade dos fatos, que falam por si mesmo, faz recair sobre o governo FHC e o governo do Estado a principal responsabilidade sobre o que ocorreu. Mentores e executores precisam ser devidamente responsabilizados e punidos,

tornando-se inadiável o afastamento do atual secretário de segurança pública e a prisão imediata do comandante assassino e demais subordinados envolvidos. Por outro lado, é exigência da sociedade e uma obrigação do governo assegurar o imediato assentamento das famílias sem terra em todas as regiões de conflito;

3 - Diante do exposto, nosso partido decide retirar-se do governo do Estado, onde atualmente vinha exercendo a direção da Companhia de Habitação do Estado do Pará. Sua atitude relaciona-se não somente com os acontecimentos de Eldorado, que por si só merecem o nosso repúdio, mas corresponde fundamentalmente a sua trajetória histórica que se confunde com a luta pela reforma agrária, contra o latifúndio e todo tipo de arbítrio, tendo, inclusive, muitos de seus militantes assassinados na luta por essas bandeiras, como Paulo Fonteles, Expedito, os Canuto, entre outros.

4 - O PCdoB avalia como positiva sua participação na COHAB, onde sua postura democrática aliada a capacida-

de política e administrativa de tratar com transparência os interesses públicos, contou e conta com o reconhecimento da sociedade e de todos os que lutam pelo direito de morar dignamente. Considera indispensável que os projetos em aplicação tenham prosseguimento, cuja prioridade é a resolução do problema das ocupações de áreas e conjuntos, garantindo a todos a possibilidade de assegurar a manutenção da moradia.

5 - Os acontecimentos apontam para a necessidade de o governo aumentar a democracia, os canais de comunicação com a sociedade civil organizada, não tratando as questões sociais como caso de polícia. Ao mesmo tempo é preciso manter e ampliar todos os espaços para resistir à investida geral do projeto neoliberal, responsável maior por todas as mazelas que atingem nosso país. O PCdoB, adotando esta posição, reafirma sua solidariedade e seu apoio ao Movimento dos Sem Terra, seu compromisso de erguer ainda mais alto a bandeira da reforma agrária, da liberdade e da justiça social.

*Belém, 24 de abril de 1996
Comitê Estadual do PCdoB/Pará*

Programa de TV alcança 48% de audiência

O último programa nacional do PCdoB na televisão, no sábado, 27 de abril, teve uma audiência de 48 pontos, conforme os registros do Ibope, anotados pela TV Globo. Uma grande audiência pois, nesse horário (20h30min), significa algo como um milhão e 700 mil domicílios na Grande São Paulo.

Outro dado notável é que a audiência estava em 39 pontos quando terminou o Jornal Nacional, momento em que o programa do PCdoB entrou no ar. E, no decorrer deste, a audiência foi aumentando até alcançar os 48 pontos. O programa teve a duração de dez minutos e foi apresentado entre o Jornal Nacional e a novela Explode Coração.

Quais os motivos para esse acontecimento? O programa do PCdoB tratou de temas de grande repercussão en-

tre o público. Mostrou imagens do massacre de trabalhadores sem terra em Dourados de Carajás, no Pará. Defendeu a reforma agrária. E tratou do tema do desemprego, que é a maior preocupação da população atualmente. Apresentou uma proposta de luta contra o desemprego, através da redução da jornada de trabalho sem redução de salário. Foram momentos altos do programa, que devem ter estimulado a audiência.

É preciso admitir também que houve outros motivos que contribuíram para a grande audiência. Primeiro, esse é o horário mais nobre na TV brasileira, Todo mundo está ligado. Segundo, tendo o programa dez minutos de duração, informação anunciada pelo locutor da TV e reforçada pelo âncora do programa

do PCdoB, logo no seu início, a atenção dos telespectadores se manteve. Na sua duração anterior, de uma hora, supõe-se que havia quem desligasse o aparelho e só retornasse na hora da novela. Terceiro, o aumento da audiência também teria se dado por estar próximo ao horário da novela. Sabe-se que a novela tem, normalmente, mais audiência que o Jornal Nacional (este por volta de 40 pontos e a novela por perto dos 50 pontos).

Seja como for, o programa do PCdoB teve uma visibilidade muito grande. Foi apresentado no horário em que o país inteiro assiste TV. E, como tratou de temas relevantes, terá merecido a atenção de grande parte do público. Ou, como se diz atualmente, bingo! (*Carlos Azevedo*)

Calendário de lutas do Fórum das Oposições

O Fórum das Oposições reuniu-se em São Paulo, no dia 13 de maio, com a participação da CUT, UNE, Ubes, MST, CPT, Central dos Movimentos Populares, Ação Operária Católica, PO, JOC, PT, PSTU e PCdoB, representado por Renato Rabelo e João Batista Lemos, da coordenação da CSC.

O Fórum identificou o seguinte calendário de atividades e deliberou pelo esforço conjunto de fortalecimento dos eventos:

20 de maio - Lançamento da Campanha pelo Emprego no Rio de Janeiro, com a presença de Lula, Brizola, Miguel Arraes e Aldo Arantes

20 e 21 de maio - Caravana da Moradia

23 de maio - Dia Nacional de Mobilização dos Estudantes, em Brasília

3 de junho - Dia Nacional de Ocupações Urbanas

3 a 13 de junho - Conferência Habitat II (na Turquia)

6 de junho - Corpus Christi, ato pela reforma urbana, no Anhangabaú, São Paulo

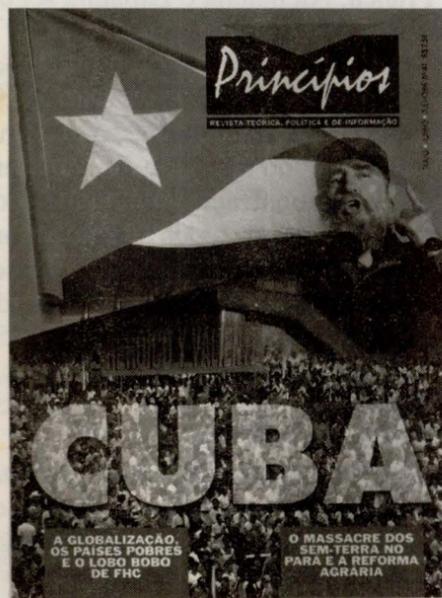
12 de agosto - Tribunal da Terra, PUC, São Paulo

Manual de campanha

Estão em fase de impressão os manuais preparados pela Comissão Nacional de Organização abordando questões relativas ao registro de candidatos, propaganda eleitoral - 1º volume - e à prestação de contas de campanha sob a ótica da legislação vigente - 2º volume. São documentos que visam facilitar a atividade partidária diante da nova legislação, do Estatuto adaptado do Partido e também porque deveremos lançar candidatos em cerca de 800 municípios, a maioria dos quais pela primeira vez.

CSC vence no Maranhão

No dia 18 de abril aconteceram as eleições sindicais do Sintema, no Maranhão. Concorreram duas chapas. A Chapa 1, encabeçada pela CSC saiu vitoriosa com 75% dos votos. Sintema é o Sindicato dos Trabalhadores nas Universidades, filiado à Fasubra.

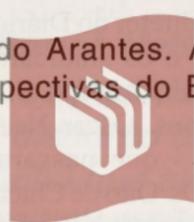


Leia e Assine a Nova Princípios

A edição nº 41 da revista Princípios, traz artigos exclusivos do jornalista Miguel Urbano Rodrigues e de Manuel Domingos, sobre a resistência cubana ao cerco do imperialismo americano.

A questão agrária é tratada por Aldo Arantes. Aldo Rebelo e César Benjamin analisam as perspectivas do Brasil no combate ao Neoliberalismo. E muito mais!

Assinaturas tel: (011) 289-1331



CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício de Barros

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 706/31/04v) e Pedro de Oliveira (Mtb 2.813 - SP) - Editoração Eletrônica: Vinícius A. Z. Garcia - Publicação da Editora Operária - Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP, CEP 01318-020
Fone: (011) 604-4140 - Fax: (011) 606-0412

Redução da jornada, uma luta de quase dois séculos

A comemoração do 1º de maio como Dia internacional dos Trabalhadores lembra um episódio sangrento ocorrido no século passado, na luta pela conquista da jornada de 8 horas diárias. Essa era a bandeira que mobilizava operários americanos e europeus há muitas décadas, contra a exploração que os obrigava a trabalhar de 14 a 16 horas por dia.

Já em 1827 ocorreu a primeira greve nos Estados Unidos pela redução da jornada de trabalho, a dos carpinteiros da Filadélfia. Pouco depois, em 1832, os trabalhadores de Boston iniciavam um poderoso movimento paredista que não teve consequências imediatas, mas alertou a burguesia. O resultado dessas primeiras batalhas é que o governo norte-americano, em 1840, reduziria a jornada de trabalho dos funcionários públicos. A partir daí, a luta ganha forte impulso. Em 1850 surgem em todo o país as famosas Ligas das Oito Horas, intensificando a campanha.

Em 1884, a Federação dos Grêmios e Uniões Organizadas dos Estados Unidos e Canadá (que depois se transformaria na Federação Norte-americana do Trabalho) aprovaria a proposta da greve geral para conquistar a redução da jornada para todos os assalariados.

Mais de cinco mil fábricas foram fechadas

A data escolhida foi 1º de maio de 1886, porque é nesta data que os operários dos EUA renovam seus contratos coletivos de trabalho.

O chamamento da central sindical americana foi atendido pela maioria do operariado. Nesta data ocorreram paralisações em todos os estados americanos. Mais de cinco mil fábricas foram fechadas e cerca de 340 mil trabalhadores saíram às ruas, segundo relata Camilo Taufic no livro *Crônica do 1º de Maio*.

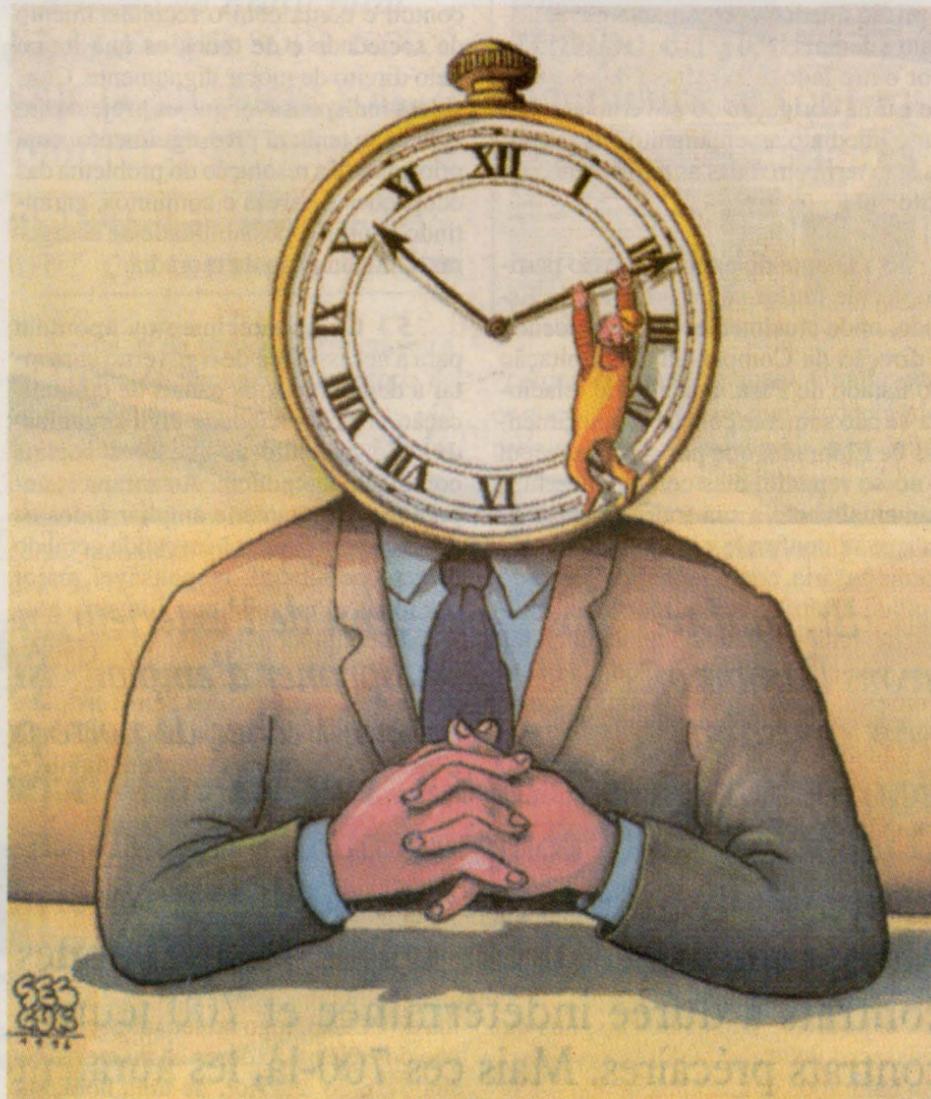
Os empresários sentiram a disposição de combate do proletariado e muitos cederam. No mesmo dia 1º, 125 mil assalariados obtiveram o direito reivindicado. No mês de maio, outros 200 mil foram beneficiados. E antes do término do ano de 1886, cerca de um milhão já trabalhava 8 horas.

O julgamento foi uma grande farsa

No entanto, a luta não foi tranquila. A burguesia formou milícias armadas, compostas por marginais e ex-presidiários, para agredir os grevistas. O bando dos "irmãos Pinkerton" tornou-se famoso pelos métodos selvagens utilizados.

Além disso, o governo mobilizou o exército e a polícia. E a imprensa patronal atizou a repressão.

Em Chicago, segunda cidade



americana em importância, os choques dos grevistas com a polícia e os grupos para-militares foram mais agudos e sangrentos. A greve, que se iniciou em 1º de maio, atingiu quase a totalidade das fábricas da região. Como os patrões não cederam, ela se desdobrou nos dias seguintes. No dia 4, durante uma manifestação dos grevistas na praça Haymarket, uma bomba explodiu, matando um policial e deflagrando um grande conflito. No total, 38 operários foram mortos e 115 ficaram feridos.

Não se esclareceu a origem da bomba. Apesar disso, o governo implantou o clima de terror na cidade. Decretou Estado de Sítio, estabeleceu o toque de recolher; e ocupou militarmente os bairros operários. Inúmeros sindicatos foram fechados e cerca de 300 lideranças foram presas e torturadas no interrogatório.

Os principais líderes operários de Chicago foram detidos e levados a julgamento: o anarquista Hessois Auguste Spies, diretor do Diário dos Trabalhadores; e os sindicalistas, Michael Schwab, Adolph Fisher, Albert R. Parsons, Oscar Neebe e George Engel - que passaram à história como "Os Oito de Chicago".

O processo contra eles caracterizou-se por um "pré-julgamento.

Não se tratava de saber se algum dos detidos era responsável pela bomba e pela morte do policial. O objetivo era condenar o anarquismo, e o juiz Joseph E. Gary, nomeado para dirigir o julgamento, empenhou-se em provar que a bomba fazia parte de um complô anarquista de amplas proporções.

A partir daí, depoimentos e testemunhas são manipulados para que os oito sejam condenados". (*Tapajós, Lais, "Os Oito de Chicago", in Movimento, 25 de abril de 1977*).

Denúncia põe operários na cadeia

O julgamento no Tribunal Especial, iniciado no dia 17 de maio, foi uma grande farsa. Os 12 jurados foram escolhidos a dedo entre 981 candidatos. Os operários que se apresentaram foram rejeitados pelo ministério público e só os que afirmavam ser contra as greves e os sindicatos foram selecionados como jurados. Três dirigentes anarquistas (Sellinger, Waller e Scharader) foram comprados pelo governo e acabaram fazendo seu jogo sujo. Posteriormente, a irmã de Waller demonstraria que ele recebeu dinheiro para trair a causa dos trabalhadores.

No dia 20 de agosto, com o tribunal lotado, foi lido o veredito: Spies, Parsons, Fielden, Schwab, Fisher, Lingg e Engel são condenados à morte; e Neebe a 15 anos de prisão. Pouco depois, a pena de Schwab, Fielden e Lingg é transformada em prisão perpétua.

No dia 11 de novembro de 1887, Spies, Parsons, Fisher e Engel são enforcados na cadeia de Chicago. Um dia antes, Lingg morre na prisão, em circunstâncias misteriosas, apesar da polícia dizer que se suicidara. No mesmo dia 11, os cinco "Mártires de Chicago" foram enterrados num cortejo que reuniu mais de 25 mil operários. Durante várias semanas as casas proletárias da cidade exibiram flores vermelhas como forma de luto e de protesto.

Congresso transforma 1º de maio em dia de luta

Seis anos depois, o próprio governador de Illinois, John Altgeld, mandaria reabrir o processo. Num outro clima político, o juiz concluiria que os enforcados não tinham cometido nenhum crime, "haviam sido vítimas inocentes de um erro judicial". Fielden, Neebe e Schwab são colocados em liberdade. Mas a heróica luta dos trabalhadores americanos e o enforcamento de seus líderes não foram em vão.

Em 1º de maio de 1890, o Congresso dos EUA dobrou-se à exigência operária e regulamentou a jornada de oito horas diárias em todo o país.

Em homenagem a seus heróis, a Federação Norte Americana do Trabalho, em seu congresso de dezembro de 1890, transformou o 1º de Maio num dia de luta e protesto. Congressos operários e sindicais na França, Alemanha e Espanha seguiram o exemplo. Em em 1891, a Segunda Internacional dos Trabalhadores, organizada em 1889, decidiu em seu congresso de Bruxelas que "no dia 1º de maio haverá uma demonstração única para os trabalhadores de todos os países, com caráter de afirmação da luta de classes e reivindicação das 8 horas de trabalho". Esse congresso teve 357 delegados, representando partidos e organizações operárias de mais de vinte países.

A partir daí, o Dia Internacional dos Trabalhadores passou a ser comemorado em todo o mundo, muitas vezes enfrentando a feroz repressão da burguesia.